



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

ANDRÉ RICARDO DIAS SANTOS

**O CONCEITO DE TRABALHO A PARTIR DO MÉTODO DA ECONOMIA
POLÍTICA NOS *GRUNDRISSE* DE KARL MARX**

JOÃO PESSOA

2013

ANDRÉ RICARDO DIAS SANTOS

**O CONCEITO DE TRABALHO A PARTIR DO MÉTODO DA ECONOMIA
POLÍTICA NOS *GRUNDRISSE* DE KARL MARX**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Giovanni da Silva de Queiroz

Área de concentração: Epistemologia

**JOÃO PESSOA – PB
2013**

ANDRÉ RICARDO DIAS SANTOS

**O CONCEITO DE TRABALHO A PARTIR DO MÉTODO DA ECONOMIA
POLÍTICA NOS *GRUNDRISSE* DE KARL MARX**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovado em 06 de Fevereiro de 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Giovanni da Silva de Queiroz
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Orientador

Prof. Dr. Enoque Feitosa Sobreira Filho
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Romero Venâncio da Silva
Universidade Federal do Sergipe (UFS)

Para os companheiros do movimento estudantil e ao alcance da classe trabalhadora.

AGRADECIMENTOS

Ao professor e amigo Giovanni Queiroz, pela atenção, dedicação e a imprescindível disponibilização de muito do material bibliográfico aqui utilizado. Préstimos essenciais à composição deste trabalho.

Aos camaradas da militância política e das discussões teóricas que pautaram os últimos anos do período desta formação intelectual: Alessandro Reinaldo, Carlisson Oliveira, Cinthya Santos, Sonara Costa e o caro Romero Venâncio.

Aos queridos Alex Meaux, André Feitosa, Ângela Calou, Jeanne, Joanne Silva, Máisa Martorano, Marta Maciel, Rafaelle Meneses, Saulinho Russo e Thiago Lira. Amigos e companheiros das últimas horas no barco da pós – e de antes.

À minha família, apoiadora e incentivadora da minha liberdade de pensamento e ação.

A todos que fizeram parte destes dois últimos anos, em especial aos queridos estudantes e amigos da Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre.

E, no calor da hora, aos meus alunos e colegas da Universidade Estadual da Paraíba.

***Nestes cemitérios gerais
não há mortes isoladas
mas a morte por ondas
para certas classes convocadas.***

João Cabral de Melo Neto

Resumo

O presente trabalho intenta analisar o conceito de trabalho encontrado na *Introdução à crítica da economia política*, obra de Karl Marx datada de 1857. Para tanto, inicialmente investigamos a conjugação de fatores de natureza filosófica e política que perfazem o conteúdo do referido texto. Em sua crítica à economia burguesa, Marx parte da investigação da economia política clássica, representada por expoentes como Adam Smith e David Ricardo, para antepor o projeto de uma economia política capaz de apreender e expor corretamente o movimento do capital a partir do paradigma de sua realização: segundo Marx, o ato de trabalho desenvolvido pela classe trabalhadora. A *Introdução à crítica da economia política* faz parte do conjunto de esboços dispostos nos *Grundrisse* e compreende o projeto da crítica da economia política formulado a partir da ideia de um método da economia política nela desenvolvido. Partimos, portanto, da análise da função do método na investigação e exposição marxiana, com o intuito de identificar a configuração epistêmica que o trabalho assume dentro do referido método e, por fim, expomos a hipótese de que o trabalho conforma o método. Antes, porém, buscamos apresentar o contexto histórico que subjaz à filosofia crítica desenvolvida por Marx, especificamente, o período compreendido pela elaboração do projeto analítico na forma do método esboçado nos *Grundrisse*. Procedemos à análise da tradição crítica que se dedicou ao estudo da obra, à apresentação da obra e à investigação de seus constituintes epistêmicos. A formulação do conceito de trabalho, seus momentos e definições presentes na estrutura categorial esboçada por Marx, além da sua relação com o método são investigados na parte central deste trabalho. Investigamos, enfim, a forma como Marx desenvolveu o conceito de trabalho através do esforço de representá-lo teoricamente a partir da sua realização efetiva, do ato concreto desenvolvido pelos agentes históricos produtores. Esta intenção resguarda a tentativa de investigá-lo corretamente em vista a expô-lo enquanto uma totalidade sintética de variadas determinações nem sempre imediatas à percepção dos agentes. Expor o *trabalho* da forma adequada e em coerência mediata com sua concretude na esfera da produção de mercadorias implicaria dotar a economia política da compreensão adequada dos meandros de sua realização, concluindo-se que o trabalho é a categoria que abarca todo o processo de produção.

Palavras-chave: Crítica. Economia política. Método. Trabalho.

Résumé

Ce travail entreprend d'analyser la notion de travail dans "L'Introduction à la critique de l'économie politique", oeuvre de Karl Marx datée de 1857-1858. Par conséquent, d'abord, nous avons étudié la combinaison de la nature des éléments philosophiques et politiques qui constituent le contenu du texte. Dans sa critique de l'économie bourgeoise, Marx part de l'enquête de l'économie politique classique, représenté par Adam Smith et David Ricardo, pour soumettre la conception d'une économie politique capable d'appréhender et d'exposer correctement le mouvement du capital à partir du paradigme de leur réalisation, selon Marx, l'acte du travail effectué par la classe ouvrière. "L'Introduction à la critique de l'économie politique" fait partie d'une série d'esquisses disposées dans les "Grundrisse", le projet comprend la critique de l'économie politique formulée à partir de l'idée d'une méthode de l'économie politique qui se développe dans l'étude. Nous commençons donc l'analyse de la fonctionnalité du méthode de la recherche et de l'exposition de Marx, afin d'identifier la épistémologie du travail contenue dans le méthode, et enfin exposer l'hypothèse selon laquelle les travaux sont conformes au méthode. Mais initialement, nous présentons le contexte historique qui sous-tend la philosophie critique développée par Marx, en particulier, la période de préparation du plan d'analyse dans la forme de méthode décrite dans les Grundrisse. Nous avons analysé la tradition critique, de l'oeuvre et de l'auteur, la présentation de l'oeuvre et la recherche de ses parties épistémiques. La formulation de la notion de travail, leurs moments et définitions présents dans la structure catégoriel décrite par Marx, en plus de sa relation avec la méthode sont étudiées dans la partie centrale de ce travail. Nous avons investigué, enfin, comment Marx a développé le concept de travail grâce à l'effort de représentation théorique conforme sa réalisation effective, l'acte concret développé par les acteurs historiques qui sont les producteurs. Cet intention peut assurer la tentative de l'étudier correctement afin de l'exposer; parfois un totalité synthétique de diverses déterminations ne sont pas toujours immédiate à la perception des agents. Présentant le travail de manière appropriée et conforme à son concretude dans la sphère de production de marchandise permettrait la bonne compréhension de l'économie politique en accord avec la complexité de sa réalisation, concluant que le travail est une catégorie qui englobe tout le processus de production.

Mots-clés: Critique. Économie Politique. Méthode. Travail.

SUMÁRIO

| | | |
|--------|--|------------|
| 1. | Introdução..... | 10 |
| 2. | O pensador e sua obra..... | 15 |
| 2.1. | Teoria e ação política..... | 22 |
| 3. | “Fundamentos da crítica da economia política” – <i>Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie</i> | |
| 3.1. | História das traduções e circulação dos <i>Grundrisse</i> | 27 |
| 3.2. | O contexto histórico e as bases teóricas da produção intelectual de Marx no período dos anos 1850 | 43 |
| 4. | <i>A Introdução à crítica da economia política: entre o projeto e o método</i> | |
| 4.1. | Elementos do esboço à crítica..... | 51 |
| 4.2. | O método da economia política..... | 56 |
| 4.2.1. | Os pressupostos teóricos e factuais do concreto pensado..... | 62 |
| 4.3. | A categoria trabalho..... | 67 |
| 4.4. | O conceito de ‘abstrato’ na <i>Introdução</i> de 1857..... | 74 |
| 4.5. | <i>A Introdução à crítica de economia política e os Manuscritos de 1861-1863</i> | 81 |
| 4.6. | O ato de trabalho – condição de existência no modo de produção capitalista..... | 84 |
| 4.7. | A teoria do valor e a realização do trabalho-mercadoria..... | 90 |
| 5. | Conclusão..... | 98 |
| | Referências Bibliográficas | 103 |

1. INTRODUÇÃO

O uso da locução *a partir de*, presente no título desta dissertação, explicita uma disposição analítica que não se circunscreve unicamente à análise determinada do movimento conceitual do *trabalho* no *método* desenvolvido na *Introdução à crítica da economia política* (1857), mas traduz também a busca pelas razões de ordem lógica implicada à dimensão política da elaboração teórica que conforma o *trabalho* segundo as disposições expostas no *método da crítica da economia política*. Desta forma, à investigação analítica referente ao conceito de trabalho encontrado no método, subjaz a investigação de seus pressupostos imersos no determinado contexto histórico e intelectual referente a Karl Marx e a sua obra. Partindo desta preocupação, iniciamos um processo de depuração do material bibliográfico disposto a esta análise em vista a produzir um determinado resultado pautado na elaboração de uma exposição circunstancialmente suficiente do tema filosófico, e sobretudo político, da categoria trabalho a partir dos seus momentos específicos dentro da estrutura analítica marxiana de investigação do modo de produção capitalista.

O específico significado atribuído ao trabalho na *Introdução* de 1857 apontaria uma ressignificação conceitual compreendida pela observação do movimento da reprodução social do capital e da necessária elaboração de uma forma adequada à sua investigação para o resultado da crítica da economia política. Tal elaboração, através de um método específico, fez com que Marx empreendesse a reorganização dos elementos epistemológicos constitutivos desta estrutura analítica debruçada sobre a especificidade da realidade social burguesa. A questão do método esboça a preocupação assumida por Marx em proceder à reprodução correta da realidade no pensamento, através de uma forma metodológica adequada. Esta reorganização de categorias e conceitos implica em novas concepções sobre

os elementos formadores desta realidade pensada dentro a obra de Marx e, em meio àqueles, o trabalho, portanto, assumiria nova feição.

A partir desta formulação, encontramos o objeto específico da presente dissertação: compreender a estrutura do método em vista a identificar a natureza e a função do trabalho no modo de produção capitalista segundo as constatações feitas por Marx no texto referido. Concluiremos que, da observação do trabalho concreto encontrado na forma geral de produção de riqueza social, Marx diagnosticou a função da produção e utilização da força de trabalho através da reorganização das categorias analíticas que se baseara na análise desta realidade concreta. Deste pressuposto, segue-se à investigação da obra na qual encontramos o referido ponto de inflexão do conceito de trabalho. Investigamos a estrutura dos *Grundrisse*, seguida pela leitura crítica da tradição marxista que à obra dedicara os trabalhos apontados a seguir, bem como precedemos à investigação e exposição das deduções esboçadas por Marx na *Introdução à crítica da economia política*, especificamente, no método da economia política.

O surgimento e a difusão dos *Grundrisse*, obra composta pelo conjunto de manuscritos datados do período de 1857-1858, deu-se nas décadas seguintes à morte de Marx e durante um período complexo no qual a história registra uma crescente adesão às ideias marxistas e materialistas e, ainda, em plena estruturação das organizações políticas de orientação de esquerda, estas, que constituem as primeiras grandes referências para a organização proletária, sobretudo na Alemanha e na Rússia. Como veremos, a história das publicações dos *Grundrisse* é sintomática em relação ao alcance das aspirações e direções tomadas pelas ações políticas e o pensamento intelectual de origem marxista, retratando ainda as condições e acontecimentos nos quais observamos alguns exemplos práticos desta orientação política. Optamos por dedicar uma primeira parte deste trabalho à história destas publicações, apoiados na literatura crítica analisada ao longo do trabalho e na historiografia marxista que a esta obra dedicou alguns de seus estudos, antes, porém, sem prescindir de uma breve apresentação de caráter expositivo da obra de Karl Marx e seus meandros junto à ação política conexa a esta.

Segundo Kosik (2002), a interpretação e a crítica, além de marcar a história de um texto, encerram a forma histórica de sua existência ao tempo em que a crítica precedente demarca as formas seguintes de interpretação. Ao analisar a problemática das interpretações de *O Capital*, Kosik aponta as duas tendências gerais, encerradas na *problemática econômica* frente à *problemática filosófica* do conjunto da obra marxiana. Sobre esta divisão hermenêutica, encontramos larga medida da tradição crítica da obra de Marx que insiste na separação das duas dimensões de conjunto. No entanto, prescindimos a defesa da latente unidade dialética sob a qual os escritos de Marx se desenvolvem, pois é sob esta base que prosseguimos ao estudo da tradição marxista e a exposição do tema proposto. Compreendendo o conjunto da historiografia crítica acerca dos *Grundrisse* desenvolvida ao longo do último século como elemento formador do significado intelectual e político atribuído aos textos ali reunidos, apresentamos a seguir algumas obras que encerram análises e críticas dedicadas aos *Grundrisse* e que se tornaram fontes essenciais ao entendimento da obra. Dentre estas, destacamos as contribuições centrais de Musto (2008), (2009), (2010) e (2012), Nicolaus (2009), Hobsbawm (2011) e Rosdolsky (2001), fontes bibliográficas utilizadas neste trabalho enquanto subsídio teórico para a compreensão e estudo do método e das categorias da crítica marxiana.¹

No terceiro e no início do quarto capítulo deste trabalho optamos por expor a estrutura dos *Grundrisse*, e em particular, da sua parte inicial, como vimos, objeto central desta pesquisa: a *Introdução à crítica da economia política*. Ainda em Kosik (2002), acerca das questões estruturantes da forma de método de análise, encontramos que “a especificidade do texto não é uma moldura universal abstrata, não é a sistematização em um determinado gênero: é o princípio específico da *estrutura* da obra.” (KOSIK, 2002: 160) Desta forma, segue-se que a forma textual em questão encerra o conteúdo de sua exposição, de maneira que a sua elaboração apresenta o resultado imediato e reflete a sua “especificidade”. A partir desta ideia,

1 Há um trabalho pioneiro na América latina, o livro que Enrique Dussel publicou em meados dos anos 1980, *Da Producción Teórica de Marx. Un comentario a los Grundrisse*, que não foi utilizado neste trabalho.

procedemos à análise da estrutura da *Introdução* de 1857 após a menos minuciosa exposição da estrutura geral dos *Grundrisse*. A necessária observação do contexto histórico e das referências de cunho intelectual, da crítica e da literatura filosófica, política, social e econômica utilizadas por Marx, são elementos essenciais à compreensão da sua produção, ao menos, do período compreendido pelos textos em questão, nos quais, à exemplo da *Introdução à crítica da economia política* encontramos atestada alguma “dívida” intelectual à pensadores e mesmo à economistas burgueses, então contemporâneos e cujas obras foram objeto de refutações da crítica da economia política empreendida por Marx.

A partir do capítulo quarto e ao fim do trabalho desenvolveremos o estudo analítico das categorias econômicas e conceitos conformadores da estrutura da crítica da economia política esboçada no *método*. À exposição que se segue perpassam as questões de natureza histórica e lógica implicadas na epistemologia utilizada na investigação da economia burguesa, parte constituinte da forma de objetivação do agente histórico no mundo concreto. E, partindo destas premissas, o trabalho, a forma-mercadoria que objetivaria sua *força*, o modo de produção social no qual está implicado segundo a ordem capitalista, serão analisados dialeticamente em conjunto àquelas questões, das quais se compreende que são pressupostos. Destarte, prosseguimos ao desenvolvimento do quarto capítulo nos subitens dedicados à análise do método da crítica da economia política, seus pressupostos analíticos e concretos de ordem política e social que, como veremos, não só impulsionam a elaboração deste, mas estão implicados na estrutura de seu conteúdo. Segue-se a esta seção a análise da categoria trabalho e seus momentos de realização dentro da esfera da produção material da ordem capitalista.

Nos subcapítulos “A categoria trabalho” e “O conceito de ‘abstrato’ na *Introdução* de 1857-1858” intentamos, no primeiro momento, apresentar a categoria trabalho considerando preliminarmente seus pressupostos dentro na análise desenvolvida por Marx, quais sejam, o espaço da produção burguesa no qual o trabalho se desenvolve, na forma específica do modo de produção capitalista, e a temporalidade histórica desta produção que o caracteriza singularmente na forma atual de sua configuração frente a outras formas que assume em outros momentos

históricos. Esta particularidade histórica será necessária na compreensão de pretensões totalizantes do modo de produção capitalista na sua forma de organização social do trabalho em geral determinada deste período histórico. Segue-se a esta etapa a investigação das bases analíticas e históricas sob as quais Marx desenvolve a compreensão particular deste conceito. No momento seguinte, a investigação do conceito de abstrato e as formas que identificam o trabalho, por sua vez, na investigação das condições de existência do trabalho na produção burguesa intentam demarcar as formas que o conceito assume de acordo com o momento concreto do qual é referido, de maneira a demonstrar que, a cada etapa da realização do trabalho, Marx localiza uma forma epistêmica suficiente com o intuito de apreendê-lo pelo entendimento em vista a reproduzi-lo como *concreto pensado* na sua especificidade real, enquanto reflexo e consequência do *concreto real*. Esta etapa permite entender os meandros pelos quais o trabalho executado pelos agentes perpassa na realização do *valor* mercadoria.

Por fim, a disposição desta investigação, suficiente particularmente na medida do esforço investigativo empreendido e exígua frente ao tema proposto e a literatura crítica disposta pela produção teórica de orientação marxista, pretende apresentar o resultado de um processo analítico marcado pela necessidade da compreensão do conceito de trabalho na determinada fase da produção teórica de Marx. O conceito de trabalho, neste contexto, permite compreender a forma elementar de objetivação da atividade criadora humana na organização social na qual se desenvolve. A contribuição de Marx encontrada nos textos base em questão fora compreendida aqui como uma forma científica de caráter crítico em vista a demarcar a singular forma burguesa de mercantilização da força de trabalho e, uma vez consciente desta sua configuração, identificar a essência de sua realização em detrimento da forma caótica pela qual se apresenta aos agentes históricos da produção.

2. O PENSADOR E SUA OBRA²

A soma do trabalho teórico empreendido por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) é, em larga medida, antagonista das condições concretas de vida daquele. Para tanto, e ao contrário do distanciamento analítico proposto pelo consenso geral da história da filosofia, a forma de vida deste alemão, saído da arcaica província do Reno de meados do início do século XIX, em muito reflete no desenvolvimento do conteúdo de uma obra voltada para a dimensão concreta da existência humana.

A monumental soma de textos, em grande parte relegada à forma investigativa de manuscritos, fora resguardada para o trabalho político e teórico da humanidade por Engels. A parceria entre os pensadores deu-se além do forçoso trabalho desempenhado em desmistificar uma realidade política e econômica deliberadamente traduzida pela economia política clássica como harmônica e natural. As antagônicas condições de vida de Marx e Engels possibilitaram as tais condições concretas pelas quais o trabalho de toda a vida de Marx fosse possível.

De origem judaica e membro de uma família detentora de um confortável espólio, Karl Marx teve condições de iniciar seus estudos conforme as regras de então e ainda muito jovem ingressou na Universidade de Bonn. Na ocasião, deixara em Treves a jovem Jenny Von Westphalen, que seria sua companheira e personagem da contraditória experiência de pobreza material por toda uma vida dedicada ao desenvolvimento do trabalho intelectual de Marx, conforme veremos adiante.

2 Há várias biografias de Marx disponíveis. Talvez as produzidas por Auguste Cornu, Franz Mehring e David McLellan sejam as mais conhecidas. Não nos foi possível consultar nenhuma destas. O que se segue é apenas um esboço que servirá para nossos propósitos.

Sobre as circunstâncias de vida que suportariam, segue o seguinte relato:

Vou lhes descrever um dia desta vida tal como ela é [...]. Resolvi, apesar das dores incessantes e terríveis nos seios e nas costas, amamentar a criança [o filho recém-nascido do casal Marx] eu mesma. [...] Estava eu a amamentá-lo um dia quando nossa senhoria apareceu de repente. [...] Havíamos combinado que no inverno faríamos o pagamento [...]. Pois a mulher negou o combinado e exigiu as cinco libras que ainda lhe devíamos, e, como não tínhamos esse dinheiro para lhe dar, dois oficiais de justiça entraram na casa e se apossaram de todas as poucas coisas que eu tinha. [...] No dia seguinte tivemos que deixar a casa. Estava frio e chovia; foi terrível. Meu marido tentava encontrar um lugar para morarmos, mas ninguém nos queria quando dizíamos que tínhamos quatro filhos. Por fim, um amigo nos acudiu [...]. (WILSON, 2006: 240-241)

O relato que se seguiu fora feito por Jenny von Westphalen à esposa de um seu camarada. O fato ocorreu quando da ida da família Marx à Inglaterra por volta de 1850. Jenny tivera que suportar toda sorte de privações que as péssimas condições econômicas da família reservaram até a morte do casal. Dos seis filhos que nasceram apenas três atingiram a vida adulta. O menino que amamentava quando do incidente do referido despejo (foram vários durante todo o período de exílio pelos países que passaram) morreu meses depois. Jenny, advinda, como Marx, de família de alta posição social, mantinha-se lúcida e preservava um marcado posicionamento político. “Sei bem que nossa luta não é isolada e que eu em particular devo me considerar feliz e privilegiada”, continua na carta à companheira.

O homem que empreendeu uma das mais lúcidas e científicas análises da economia capitalista não conseguira organizar, porém, suas próprias finanças. Apesar das dificuldades em encontrar trabalho, seguida por qualquer emigrado em Londres à época, Marx reservava-se a evitar as atividades comerciais, “temendo a acusação de comercialismo que era sempre dirigida aos judeus”. Neste ponto, pode-se vislumbrar a crítica encontrada em alguns de seus escritos contrária à figura do “judeu agiota subserviente à sociedade burguesa”. Por conseguinte, nem ao menos

tentou adequar seu projeto de vida à capacidade de revertê-lo em algum lucro. Em carta de 1859, diria:

O escritor tem de ganhar dinheiro para poder viver e escrever, mas ele não deve jamais viver e escrever a fim de ganhar dinheiro. [...] Elas [suas obras] são *fins em si*; não são meios nem para ele próprio, nem para outrem; tanto assim que, se necessário, ele sacrifica *sua própria* existência em benefício da existência *delas*. (WILSON, 2006: 243)

E fora a disposição militante e uma firmeza de caráter que moldaram a vida de Marx e Engels na causa pela organização dos trabalhadores. Apesar do idealismo para muitos exacerbado, algo de concreto motivara e impulsionara toda a enorme disposição de resistir às adversidades: “Não deixarei que a sociedade burguesa me transforme numa máquina de ganhar dinheiro”. Assumir as consequências de uma posição política determinada e adversa à sua época custou uma importante dimensão de suas vidas, mas preservou um objetivo claro e deliberado de erigir o projeto intelectual que se tinha consciência de sua necessidade e ineditismo.

No início de sua vida intelectual, cerca de duas décadas antes daquelas que seriam exemplos de uma experiência de vida pauperizada sob o sistema do capital, Marx partira em direção a um projeto de vida acadêmico. Uma vez ingresso nos estudos sobre jurisprudência, então, na Universidade de Berlim, Marx logo descobriu a filosofia e passou cada vez mais a dedicar-se a este conhecimento, bem como à história, e em revelia ao direito. Nesta época, o jovem Marx fora introduzido ao cânone do momento, o hegelianismo. Transformada em doutrina do Estado Prussiano, esta filosofia fora utilizada tanto para legitimar seu fundamento bem como por seus opositores do movimento liberal. As manobras ideológicas deste momento – antecipamos uma concepção do conceito para além do então contemporâneo De Tracy – aplicavam, sobretudo o princípio hegeliano do Estado moderno como personificação da Moral e manifestação da Razão, cada qual utilizando conforme seus interesses. Longe de se constituir uma oposição ferrenha, liberais e monarcas

conviviam em um relativo estado de concessões mútuas. Os liberais, ao invés de atacarem o poder central, voltavam-se contra a igreja, sua aliada. De maneira que as manifestações do absoluto hegeliano – Estado, Filosofia e Religião – apresentavam neste contexto político alguns leves descompassos relativos à objetivação manifesta no domínio da vida pública.

Mais do que os liberais clássicos, a Esquerda Hegeliana formou uma oposição de longe mais qualificada e, em limites determinados, mais radical ao espectro da adequação por vezes forçada do hegelianismo à fundamentação de toda sorte de manifestação de poder posto como Absoluto. Neste espaço, incidem as primeiras atuações de Marx no ramo da crítica política e histórica. Bruno Bauer (1809-1872), Moses Hess (1812-1875) e Marx Stirner (1806-1856), além de Feuerbach (1804-1872) fazem parte de uma lista um pouco mais extensa destes pensadores que iniciaram um processo consistente em transportar a filosofia hegeliana para o ponto de partida não da ideia de absoluto, mas da história e da consciência de si. Nesta volta ao sujeito, que opera uma visada da história de si e para si, abriu-se o espaço para as iniciais discussões sobre anarquismo e socialismo, com Hess e Stirner, além da monumental crítica da filosofia da religião e mesmo da dialética hegeliana por Feuerbach em *A Essência do Cristianismo*, obra de importância significativa para os estudos de Marx.

De volta a Treves em 1841 e após o primeiro contato com o grupo, Marx tentou doutorar-se em Bonn com o apoio de Bruno Bauer. Neste instante, redigiu o trabalho *Diferença entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e Epicuro*, com o intuito de com ele doutorar-se. Este trabalho tem relações com as leituras feitas por Marx sobre a fenomenologia hegeliana e traça os primeiros desacordos com a filosofia de Hegel. Devido às perseguições sofridas pela esquerda hegeliana, Marx parte para Jena, onde obtém finalmente o título de doutor. Ainda neste período, inicia uma inserção na imprensa motivada pela repulsa à censura dos órgãos de comunicação, passando a colaborar com a *Gazeta Renana*, em Colônia. De viés liberal, esta publicação suportara as críticas ao Estado de traços totalitários, empreendidas por setores insatisfeitos com a política retrógrada e o controle

anacrônico sobre a circulação de ideias numa Europa fortemente marcada pelos ideais revolucionários ainda em meados de 1840.

Uma dimensão da realidade, das questões materiais ligadas ao poder do Estado e das classes dirigentes sobre o povo comum, chamara a atenção do jovem Marx. Exemplo é a propalada crítica ao processo movido pelo Estado prussiano contra os cortadores de lenha das florestas, caracterizada pela ordem como furto. Marx se valeu do apoio do direito consuetudinário, que garantiria aos camponeses a continuação de um exercício praticado desde tempos longínquos por seus antepassados, constituindo assim uma prática cultural no sentido do manejo da terra ou da lide com a natureza em relação à própria sobrevivência desta população. Entretanto, Marx não alcançara a visão da totalidade das relações entre Estado e trabalhadores e neste momento não proporá uma revolução social, mas a mera revisão de direitos pelo Estado. Esta visão modificara-se logo em seguida e a base da crítica será uma ruptura estrutural entre sociedade e Estado.

Porém, logo o governo fechou a *Gazeta Renana*, e o sopro liberal se abateu neste ambiente frequentado pela esquerda hegeliana no primeiro momento de acirramento político. Os jovens pensadores se arranjaram ao redor da fonte hegeliana reformulada por Feuerbach, e partiram para a França. Nesta empreitada seguiu o recém-casal Marx, a despeito das famílias e primeiras privações financeiras de ambos. Na França, o grupo capitaneado por Marx, Heine e Arnold Ruge (1802-1880), pretendia prosseguir com o projeto de uma publicação independente e de viés materialista, abarcando o socialismo de inspiração francesa que desde antes lhes interessava. Os *Anais Franco-Alemães* foram finalmente publicados em 1844. E no primeiro número encontraram seu fim. Entretanto fora nesta publicação que Marx lançara duas importantes obras do período de sua maturação intelectual: a *Introdução a uma Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e *A Questão Judaica*³.

3 Na esteira da leitura crítica da filosofia de Hegel, antecipamos uma formulação que serve como referência norteadora da crítica da economia política, encontrado no “*Prefácio*” à *crítica da economia política*: “as relações jurídicas - assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel (...) compreende o conjunto pela

Com estas publicações, Marx tece uma crítica mais contundente à filosofia de Hegel, voltando-se para o mundo concreto, partindo das relações reais que lhe despertavam alguma atenção ao fato de desenrolarem-se junto a contradições aparentes. O direito à sobrevivência esbarrava no direito da propriedade privada, os antagonismos sociais expunham uma face do Estado que o opunha a grupos especiais de indivíduos. A crítica de Marx parte então para as questões estruturais de base destas relações. É neste período, em Paris, que se aproxima de círculos operários e participa de reuniões da *Liga dos Justos*⁴, fundada por emigrados alemães em 1836 e então espaço de organização para pequenos artesãos e proletários, a partir da qual Marx opta por uma vivência junto àqueles que estavam à margem das estruturas de poder e com os quais já se identificava com alguma precisão lógica.

Também no número único dos *Anais Franco-Alemães* encontra-se o artigo *Esboço de uma Crítica da Economia Política* de Engels. Nele, a economia política é objeto da análise materialista que se seguiu ao caminho aberto pela crítica ao hegelianismo. Engels questiona os pressupostos da economia política clássica, que teria deslocado o trabalhador, o produtor, do posto principal do sistema produtivo⁵. Em conformidade com o pensamento de Engels, Marx situa o trabalho no capitalismo sob o julgo da alienação, questão que encontrará forma nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, publicados postumamente em 1932⁶. Nesta fase de seu pensamento, o trabalho é tomado enquanto fonte de riqueza que se encontra submetida a outrem devido ao sistema de troca e, devido à troca, ou seja, ao

designação de 'sociedade civil'; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política". (MARX, 1977: 24).

- 4 Segundo Giannotti (Marx, Vida e Obra. in Marx, 1999): "A Liga dos Justos [foi] uma associação de artesãos proletarizados, cujo programa dava ênfase especial à supressão da propriedade privada e ao retorno para o comunismo primitivo".
- 5 Ao fim deste trabalho, abordaremos o desenvolvimento analítico empreendido por Marx acerca desta questão em Marx (2011).
- 6 Os esboços que constituem os *Manuscritos econômico-filosóficos* foram, portanto, escritos no limiar do encontro de Marx com Engels. Marcam o momento da planificação da crítica da economia política desenvolvida pelo autor ao longo da vida. Sua primeira edição, em 1932, seguiu-se à empreitada da publicação das obras completas de Marx e Engels, sob a responsabilidade de David Ryazanov e aos auspícios do Estado Soviético.

mercado, o homem aliena-se ao sistema de produção para ter acesso aos meios de vida detidos nas mãos do capitalista. Tal questão configura uma das problemáticas centrais da análise da filosofia marxista, e sobre ela retornaremos nos momentos finais deste trabalho. Por fim, apontamos que neste estágio, entre os anos de 1844-47 certo caráter antropológico ampara esta análise marxiana do sistema capitalista, de forma que o trabalho não desempenharia ainda uma função ativa na construção da antítese a este estado (MARX, 1999).

A crítica conjunta desenvolvida por Marx e Engels possibilitou o estabelecimento de uma parceria filosófica de toda uma vida intelectual. *A Sagrada Família* (1844) foi a primeira obra feita a quatro mãos, sob a tensão política do exílio de Marx, então refugiado em Bruxelas. A obra seguiu a esteira da crítica ao neo-hegelianismo e afirmações contundentes em defesa de uma visão materialista da história⁷. Neste período, Marx se engajara no movimento operário a partir da *Liga dos Comunistas*⁸, entusiasmado com as revoluções de 1848 e os acontecimentos em torno dos regimes políticos postos em xeque ao longo da Europa. Para a *Liga*, Marx e Engels escreveram o *Manifesto Comunista*⁹. A escrita do *Manifesto Comunista* seguiu-se ao trabalho de Engels intitulado “*Princípios do comunismo*”. Marx teria reescrito e modificado substancialmente o teor deste texto, estabelecendo a forma acabada do *Manifesto* de 1848. Nesta obra, os pensadores expõem claramente os conceitos elementares para a futura elaboração da possibilidade revolucionária: o operariado enquanto sujeito revolucionário e a luta de classes como motor da história.

7 Assim como os *Manuscritos econômico-filosóficos*, *A ideologia alemã* (1845), também só seria publicada na íntegra em 1935. Nesta obra, a crítica ao neo-hegelianismo funciona como determinante para a estruturação do pensamento materialista e sua correspondente concepção de história. Sobre a questão, ver Musto (2008), Marx (2007).

8 A *Liga dos Comunistas* surgiu em Bruxelas a partir das concepções políticas que motivaram a existência do *Liga dos Justos*, em Paris, uma década antes. Fundada em meados de 1845, a *Liga dos Comunistas* atuou programaticamente frente à revolução de 1848 na Prússia.

9 Ainda sobre o *Manifesto*, Giannotti (*in* Marx, 1999) insiste que surgira “na necessidade de substituir o programa contra a propriedade privada em geral pelo projeto da apropriação coletiva do modo de produção capitalista, quanto a fonte da alienação do homem que vive numa sociedade desse tipo.”

2.1. Teoria e ação política

Uma existência ascética talvez resvale nas relações com companheiros conscienciosamente de classe, como nas organizações que Marx fundou, frequentou, ou simplesmente implodiu, com Engels, em nome e em prol da organização proletária. A *Liga dos Comunistas* seguiu-se da *Liga dos Justos* fundada em 1836 em Paris, vindo a ser dissolvida definitivamente em 1852, já em Colônia. Entrementes, fora reativada durante um curto período de suspensão das atividades em meados de 1848, após o fracasso da revolução alemã. Antes, ainda em Paris, dissidências dentro da organização levaram Marx e Engels a romper com uma maioria de alinhamento “idealista”. Assim deu-se o rompimento com o movimento operário, acontecimento que levou Marx e Engels a refundar a *Liga* em Colônia.

Da lição das organizações operárias, restou a promessa da derrubada da divisão de classes que se seguiria à apropriação dos meios de produção, cujo estado de domínio por uma pequena parcela da população seria a base das desigualdades das relações sociais. Em 1850, quando publicava a *Nova Gazeta Renana*, Marx apontara que “uma revolução só tem esperança de sucesso quando os fatores modernos de produção e a técnica burguesa de produção entram em choque. Só é possível uma nova revolução em consequência de uma nova crise”, tal como reafirmará no Prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*, de 1859. (DUAYER, 2011:15)

Mais uma vez exilado devido a suas atividades políticas, Marx e família seguiram uma volta à Alemanha, se fixando brevemente em Colônia. Lá Marx fundou a *Nova Gazeta Renana*, retomando o trabalho de propaganda junto à classe trabalhadora camponesa e proletária. Os últimos momentos da *Liga* resultaram na prisão de vários de seus membros sob o julgo de Guilherme IV. As pressões e perseguições que sofrera levou Marx a encerrar as atividades da organização em menos de dois anos sob território Alemão. Um terceiro exílio logo o obrigou a mais

uma vez seguir com a família para outra região, ao tempo em que deixavam pelo caminho o pouco de recursos que ainda lhes restava.

Em Londres, em meio ao circunstancial declínio do movimento operário, dedicou-se às atividades intelectuais, escrevendo artigos para revistas e jornais, com os quais forçosamente ganhava algum dinheiro para o sustento de sua família. Com o fim da *Liga dos Comunistas* em 1852, bem como o declínio do movimento cartista, além da forte repressão política impetrada em território Inglês, o movimento operário sofrera, conseqüentemente, forte retração em suas organizações, seguida ainda pelo período de breve crescimento econômico do início dos anos 1850. Em carta a Engels, relatou: “Seguramente é a primeira vez que alguém escreve sobre o dinheiro com tanta falta dele.”

Grande parte da produção escrita de Marx legada à forma de manuscritos são apontamentos de estudos, análises, a crítica e a elaboração de seu próprio pensamento. Assim são os *Cadernos de Londres*, escritos entre 1850 e 1852. Fundamentalmente, contêm estudos da economia clássica, da filosofia política moderna, além de questões acerca da diplomacia, demografia e políticas institucionais. Um montante de mais de uma centena de autores são aí estudados e resenhados. Neles aparecem definições mais claras acerca de conceitos da economia como dinheiro, crédito, sistema bancário e crises. Há, ainda, o estudo da configuração política de regiões industrializadas na América, Europa e Ásia, daí despontando temas relacionados à tecnologia e formação política internacional. (DUAYER, 2011) Ainda nesta ocasião escreveu *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* em 1852, publicado em Nova Iorque com a ajuda de um ativista político emigrado¹⁰. Em 1859 publica *Para a Crítica da Economia Política*. Esta obra dá prosseguimento aos esboços apenas reunidos e publicados no século XX sob o título alemão *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, obra que reúne escritos de 1857 e 1858.

10 A história das publicações dos trabalhos de Marx segue as circunstâncias da vida material do autor sob as quais foram escritas. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, por exemplo, fora editado graças à parca ajuda financeira de um alfaiate alemão emigrado para Nova York. De lá, enviou para a Europa certo número de exemplares que, no entanto, não foram aceitos para venda.

Sistematização dos estudos sobre a economia política burguesa, os *Grundrisse* encerram a forma de apreensão da realidade, a matéria da filosofia, em vista a expô-la em suas conexões mais profundas mediada por um método determinado. Ao todo, estes esboços, manuscritos espalhados em cadernos e rascunhos, formam um documento de mais de mil páginas, nas quais as questões acerca do método correto de investigação e exposição em vista a uma compreensão da realidade, da história do modo de produção capitalista, suas relações e realizações para o capital, ocupam as partes principais. Sobre este período, que compreende os anos de 1856 a 1859, diz Marx em carta a Engels datada de 1857: “trabalho como um louco [...] na síntese dos meus estudos econômicos, em vista a ter claro ao menos os esboços antes do dilúvio.”¹¹ Em carta a Ferdinand Lassalle, no ano seguinte, confessa que tais estudos foram “o produto de quinze anos de pesquisa, [...] os melhores anos de minha vida”(MARX, 2011).

Na década de 1860, Marx voltou-se às tarefas militantes, num período caracterizado pela reafirmação da posição internacionalista junto à organização dos trabalhadores. A esse respeito, neste período propôs o projeto de uma organização Internacional, a Associação Internacional dos Trabalhadores¹². Ainda nestes idos desenvolveu e organizou o conjunto de textos que formariam *O Capital*, em 1867. Desta sua obra máxima, viu somente a publicação e repercussão do primeiro dos três volumes que a compõe. Teve, ainda, a satisfação de ver duas traduções deste volume, para o russo e para o francês. Porém pouca compensação obteve pelo trabalho teórico de toda sua vida, tão questionado e incompreendido mesmo entre os círculos de leitores próximos ao materialismo e à causa revolucionária. Os dois últimos volumes foram publicados, por fim, aos cuidados de Engels em 1885 e 1895,

11 No prefácio à recente edição brasileira dos *Grundrisse*, Mario Duayer localiza este período no contexto das elaborações metodológicas e políticas esboçadas por Marx: “Os seus estudos de economia política desde o início tiveram o propósito de investigar a estrutura, a dinâmica e as contradições da economia capitalista, pois as crises daí decorrentes constituem, em sua opinião, aberturas para as práticas revolucionárias e transformadoras. Compreende-se, portanto, que o prognóstico de uma crise econômica iminente – o ‘dilúvio’ – forneceu a Marx estímulo para pôr no papel as descobertas de longos anos de estudos de economia política e dar uma primeira forma à sua crítica.” (DUAYER, 2011:16)

12 A AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) surgiu em Londres no ano de 1864. Daria seguimento à organização da Primeira Internacional.

respectivamente. Engels promoveu o trabalho de fiel colaborador e incentivador do trabalho de Marx, reunindo e organizando manuscritos, inclusive os que formaram os dois volumes citados, difundindo e incentivando esta filosofia até sua morte, em 1895.

Marx morreu em 1883, em território inglês, destino de seu último exílio. Maximilien Rubel, historiador marxista, chamava a atenção sobre a relação desarmônica encontrada na biografia de Marx acerca da ligação entre sua vida particular e seus estudos. Perseguido ainda em Londres recebeu certa vez, no ano de 1853, a visita de um agente da ordem, que assim descreve o comunista e sua família:

[Vivem] num dos piores bairros de Londres. (...) Tudo está quebrado, rasgado e esfarrapado. (...) Mas nada disso causa o menor constrangimento a Marx nem à sua esposa. Eles recebem a visita com muita amabilidade, oferecendo-lhe cachimbos, fumo, o que mais houver para oferecer. Aos poucos toma forma uma conversa inteligente e interessante, que compensa todas as deficiências domésticas. (...) Chega-se a ficar acostumado com os dois, achando-os interessantes e originais. (WILSON, 2006: 253)

O homem está tacitamente presente em toda a obra de Marx. As formas de vida e as condições para o exercício do que se entende por ideais de vida, desde o escopo da tradição grega à Iluminista, se apresentam como objetos a serem alcançados. Para tanto, porém, os empecilhos postos pela história devem ser derrubados e vencidos. Tal é a condição de vida do trabalhador politicamente organizado, *indivíduo* que é fonte da possibilidade revolucionária inquirida nas investigações teóricas de Marx. Assim mesmo, observa-se na vida do pensador ao lançar-se sobre o que havia de mais adverso em sua época; vida moralmente traçada e, apesar das condições postas, suportada ao longe da resignação.

A tranquilidade, subsídios materiais e toda sorte de incentivos que se espera encontrar para a realização de um trabalho teórico da sua magnitude o prescindiram. As dificuldades financeiras, desastres familiares, perseguições políticas, embora façam parte da vida do ativista político e, em muitos momentos, da rotina do

jornalista que foi, pouco colaborariam para atividades intelectuais de natureza científica e filosófica como aquelas que produziu. Talvez essas mesmas contradições tenham sido objeto da matéria captada, analisada em suas várias formas de evolução e rastreada em sua conexão íntima, para só a partir daí poder-se expor adequadamente o movimento do real¹³.

13 Referência ao seguinte trecho do “Posfácio à segunda edição alemã” de *O Capital* acerca do método correto de investigação: “captar detalhadamente a matéria, analisar suas várias formas de evolução e rastrear a sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento do real”.

3. “FUNDAMENTOS DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA” (*GRUNDRISSE DER KRITIK DER POLITISCHEN ÖKONOMIE*)

3.1. História das traduções e circulação dos *Grundrisse*

Em se tratando da história do pensamento produzido por Karl Marx, há que se considerar a peculiaridade da forma fragmento na composição de sua obra. O caráter inacabado da maioria de seus textos não publicados em vida, que posteriormente foram ao prelo como junção de apontamentos de suas investigações filosóficas, políticas, econômicas e sociais, constitui a riqueza de um conteúdo intrincado, pois que formado pelas mais rigorosas análises nas quais a totalidade é forma da verdade da existência. Dentre o conjunto desta obra, como se sabe, os escritos de 1857-1858 intitulados *Grundrisse*, possuem essas características de maneira mais extrema, pois Marx dá-lhes uma destinação instrumental, como se vê na leitura das obras posteriores, nas quais se encontra conclusões de proposições ali formuladas.

Para Hobsbawm (2011), esses textos são o exemplo único de materiais teóricos de elevada importância para a obra marxiana que não estiveram ao alcance dos marxistas durante mais de meio século posterior à morte do autor. A primeira tradição de teóricos marxistas que a eles tiveram acesso, porém, não visualizaram sua singularidade. A história de suas publicações e traduções corrobora esta assertiva, como veremos adiante. Considerando este conjunto de textos como “preparativos para a elaboração de *O Capital*”, Hobsbawm argumentará que uma lacuna na formação da tradição marxista não pode deixar de ser considerada quanto

ao entendimento de temas explicitados, em alguns casos, unicamente nos *Grundrisse*, como a questão do método da crítica da economia política.

Devido ao fato de possuir a função de limiar na evolução dos textos de Marx posteriores aos anos 1850, alguma desconfiança fora relegada aos *Grundrisse*.¹⁴ Musto (2009)¹⁵ arrisca introduzir entre os pesados volumes de manuscritos examinados por Friedrich Engels após a morte de Marx – que, em parte, conformariam sob sua responsabilidade os dois últimos volumes de *O Capital* – estes escritos que, anteriores à *Contribuição à Crítica da Economia Política* de 1859, poderiam ter passado pelos olhos de Engels como “uma versão prematura do trabalho [teórico] e que não poderia, portanto, ser utilizada para seus propósitos naquele momento” (MUSTO, 2009:100): exatamente, a publicação dos volumes inconclusos de *O Capital*.

O centrismo da social democracia alemã¹⁶ impediria o acesso e publicação destes volumes durante décadas, mantidos em meio aos arquivos de Marx-Engels, então sob a responsabilidade do SPD (Partido Social-Democrata Alemão) na Berlim

14 Segundo Rolf Hecker (2010), Pavel Veller, do Instituto Marx-Engels de Moscou dera, na ocasião da primeira publicação de partes destes escritos, o título de *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf)*: “Em 23 de novembro de 1939, os *Grundrisse* entraram no prelo, sendo lançados numa edição de 3.140 exemplares. O manuscrito foi, dessa forma, ‘publicado pela primeira vez e sem ser abreviado’. Para fundamentar o título, comunicava-se no prefácio: ‘A designação de “Fundamentos da crítica da economia política (rascunho), 1857/1858” foi escolhida por nós com base em diversas passagens’ da correspondência de Marx e Engels”. Do mesmo registro histórico vale-se Cerqueira (2010) e Musto (2009).

15 Marcello Musto é professor de Filosofia e Política, pesquisador na Universidade de Toronto. Dada a recente e inovadora produção deste pesquisador na organização de uma história das publicações das obras de Marx e Engels, e também acerca do problema aqui investigado, a questão do Método da Crítica da Economia Política e o tema do trabalho no processo de realização do capital, nos utilizamos de alguns de seus mais recentes trabalhos. Sobre a produção intelectual de Musto, ver referências utilizadas neste trabalho, a exemplo de Hobsbawm (2011) e Paula (2010).

16 Os acontecimentos políticos do início do século XX incitavam as organizações de esquerda na Alemanha à perspectiva revolucionária, porém o papel que o SPD (Partido Social-Democrata Alemão) desempenhara junto aos trabalhadores caminhara para uma via de adequação ao sistema através do viés burocrático e eleitoreiro a partir do centro e em oposição às tendências radicais internas que romperiam com o partido. Segundo Loureiro (2005:36): “A partir de 1906 começa o processo de burocratização do SPD e dos sindicatos ligados a ele, com a nomeação de funcionários permanentes, exigência surgida por conta do crescimento do aparelho e da imprensa partidária e sindical. Desde essa época cresce a dicotomia entre o ‘radicalismo oficial’ (...) do SPD e sua prática.”

de meados da virada do século XX. Como é sabido, em 1890 cria-se o SPD e o espólio de Marx passara a seu domínio. Em 1903 Karl Kautsky¹⁷ (1854-1938) publicara na revista *Die Neue Zeit* (*Os Novos Tempos*) – sendo esta uma das primeiras e mais importantes publicações da história da teoria marxista – uma parte destes arquivos, trazendo a lume a *Introdução à crítica da Economia Política*, pertencente ao conjunto dos *Grundrisse*, e parte da *Ideologia Alemã*, mas relegou aos arquivos o restante dos escritos de 1857-8. Fora David Ryazanov¹⁸ quem comunicara ao público a existência destes manuscritos em 1923¹⁹, na ocasião do início do projeto de publicação das obras completas de Marx e Engels possibilitado a partir do acordo entre o Instituto de Pesquisa Social em Frankfurt, com sanção do SPD, e o Instituto Marx-Engels (IME), fundado em Moscou pelo próprio Ryazanov por sugestão de Lênin²⁰. Tal empreitada editorial ficou conhecida como o Projeto MEGA (*Marx-Engels Gesamtausgabe*). A história da publicação da MEGA constitui uma via de entendimento da recepção dos *Grundrisse*, em especial a *Introdução à crítica da economia política*, sua parte mais difundida, além do crescimento de uma visão científica sobre o pensamento de Marx sob as bases do método da Crítica da

17 Karl Kautsky, membro da direção do SPD, fora membro do núcleo central da direção do partido ao tempo do surgimento das mais importantes divergências partidárias da história das revoluções do século XX, especificamente, quanto a seu papel na direção que protagoniza o racha do partido que daria início às organizações de esquerda como a USPD (Partido Social-Democrata Alemão Independente) e, posteriormente, à Liga Spartakus. Sobre o início destas tendências, ainda segundo Loureiro (2005:35-36): “A revolução Russa de 1905 (...) levava a crer que a insurreição voltara à ordem do dia. Rosa Luxemburgo, (...) havia se convencido de que a greve de massas era uma arma essencial para a politização do movimento socialista (...). Seu entusiasmo não era acompanhado pela direção do partido – é nessa época que começa a esboçar-se uma tendência radical no interior do SPD, em divergência com o centro representado por Kautsky (...)”.

18 Sobre Ryazanov, ver página seguinte.

19 Num artigo em que relata os achados dessa visita [à Berlim, na SPD] Ryazanov anunciou ter encontrado oito cadernos de notas de Marx, datados aparentemente do final dos anos 1850, que conteriam o primeiro rascunho d’*O Capital*. (CERQUEIRA, 2010: 26). Sobre David Ryazanov, ver as páginas seguintes.

20 “(...) centro devotado à pesquisa histórica sobre o marxismo, bem como à investigação dos movimentos operário e comunista (...). Fundado em janeiro de 1921, o instituto funcionou até essa data como uma seção da Academia Socialista, sendo então colocado sob a jurisdição do TSIK, o Comitê Executivo do Congresso dos Soviets de toda a Rússia – fora, portanto, do controle direto do Partido. Desde o início, Ryazanov assegurou-se de obter um significativo apoio financeiro para a organização do IME (Instituto Marx-Engels), bem como independência para recrutar o seu *staff* entre os especialistas disponíveis, a maioria deles sem nenhum vínculo com o Partido.” (CERQUEIRA, 2010: 19)

Economia Política. Este formato editorial, publicado inicialmente por Ryazanov em 1926-1927 constava de dois volumes. Esta primeira edição estendeu-se por volumes publicados até 1935. Quarenta anos depois, em 1975, veio a lume a MEGA II, segundo conjunto de textos publicados e que se segue até o momento através de 13 volumes. Registramos a publicação mais recente, em 2011, em cujo volume encontram-se partes de *A ideologia alemã*.

Ainda, acerca da importância destas publicações, assinala Musto: “É de se esperar que estas importantes publicações despertem rapidamente o desejo de estudiosos (...) de voltar a traduzir a obra de Marx e Engels respeitando as novas aquisições filológicas.” (MUSTO, 2008:13) Assim, a publicação dos escritos de 1857-58 atrasara até final dos anos 1930 devido às intervenções do estalinismo sobre os arquivos que reunira no IME, de forma que estes não seriam publicados sob o selo do MEGA ²¹, mas apenas enquanto publicação independente dentre outras consideradas de menor importância política e “teórica” (CERQUEIRA, 2010). Hecker (2010) registra o episódio pitoresco da compra dos manuscritos originais dos *Grundrisse* e dos *Manuscritos de 1861-63* além de outros cadernos que fazem parte de *O Capital* pelo IME de Moscou. O vendedor fora um polonês chamado Mark Kriger que trabalhara no Arquivo da SPD em Berlim antes de 1933 e alegara ao Instituto que havia recebido aqueles originais de Marx e Engels em “recompensa” por seus serviços, embora não portasse nenhum documento que comprovasse tal versão. Desde então, tais originais encontram-se na Holanda.

Musto (2009) revela que, segundo Ryazanov, Kautsky considerara os *Grundrisse* como “uma primeira versão de sua [de Marx] *Contribuição à Crítica da Economia Política*” (MUSTO, 2009:101). Portanto, o caráter particular da planificação de todo projeto intelectual de Marx de crítica do capitalismo, identificado nesta obra, seria reconhecido pelos seus estudiosos apenas posteriormente, como veremos no decorrer deste trabalho.

21 Ainda sobre o tema, diz Musto (2009): “O objetivo do projeto [MEGA], do qual, em princípio, se havia excluído qualquer referência ao debate político do momento, era oferecer uma antecipação sobre os manuscritos dos dois pensadores para torná-los acessíveis à crítica antes da edição completa da obra. Como é sabido, sobre a MEGA se abateu o machado do stalinismo, responsável, além de muitos outros crimes, por ter interrompido a publicação da obra de Marx”.

Ryazanov tivera acesso aos textos de Marx arquivados pelo SPD alemão desde 1909, período no qual também desenvolvera na Áustria pesquisas sobre documentos da história da I Internacional. A própria história de Ryazanov se confunde com a saga do legado de Marx e Engels, legado este ao qual dedicara toda a sua vida. Entre o exílio na Rússia após participação nos acontecimentos da revolução de 1905 e a sua participação na história da revolução seguinte, em 1917, transitou em meio às esferas de atuação política junto a figuras como Lênin, Trotsky e mesmo como mentor intelectual da II Internacional (CERQUEIRA, 2010). O feito fundamental da vida do pesquisador fora a criação do IME, na Moscou de 1921. O IME responsabilizou-se também por importantes arquivos particulares e espólios intelectuais de teóricos marxistas.

Até 1931, quando da sua expulsão do Instituto e do Partido Comunista pelo regime estalinista, Ryazanov comandou o IME com a determinação e competência que o tornaram uma grande e influente figura pública internacional na construção do novo regime. Importantes projetos editoriais foram lançados pelo IME, e dentre estes alcançaram maior divulgação os trabalhos de György Lukács, Karl Kautsky, Béla Kun e tantos teóricos comunistas ou simplesmente materialistas que despontavam intelectualmente na Europa. Esta, aliás, fora uma das características do IME: a liberdade de atuação conquistada por Ryazanov até meados de 1930 (período do acirramento das perseguições políticas estalinistas do qual, por fim, fora vítima) permitira-lhe levar ao instituto inclusive intelectuais que não tinham boas relações com o Regime. Neste período encontramos o maior número destas publicações de obras de Marx, dentro do projeto MEGA, iniciado quase dez anos antes. A dedicação a arquivos por onde passou nos períodos de exílio, em atividades revolucionárias e prisões políticas, rendeu um conjunto imenso de textos por ele traduzidos do alemão e encaminhados para publicação na Rússia e na própria Alemanha, como mostra a história dos escritos de 1857-58.

O impacto teórico produzido pelos *Grundrisse* sedimentou-se aos poucos e lentamente nos estudos marxistas. Tal ritmo deveu-se ao fato concreto das publicações espaçadas e mutiladas do material. O capítulo “*Formas que precedem a produção capitalista*” fora traduzido do alemão para outra língua – o russo – pela

primeira vez em 1939, data em que surgira na própria Alemanha. Em 1939, dois anos após o assassinato de Ryazanov pelo estalinismo, veio a primeira publicação para o russo, ainda incompleta, dos *Grundrisse*. Nesta data, e sob a intervenção do comitê central, o IME contara com o trabalho de Pavel Veller, judeu russo, tradutor do Instituto desde 1925, que então se encarregara da publicação das obras de Marx, muitas delas deixadas no prelo por Ryazanov. Uma segunda parte, com textos e notas que não haviam sido publicados no primeiro volume de 1939 fora lançada em 1941, em meio à invasão alemã à União Soviética (HECKER, 2010). Pouco mais de três mil exemplares romperam a barreira dos acontecimentos deste período. Tais fatos e condições nas quais viera a lume encarregaram, pois, os *Grundrisse* ao limbo até mais de uma década posterior. Após este período de circulação de raros exemplares, em 1953 uma republicação da obra em alemão finalmente possibilitou sua primeira publicação em larga escala.

A série de fatos que circunscrevem este período das primeiras publicações dos *Grundrisse* é extremamente intrigante. Os acontecimentos das décadas de 1920 e 1930 do século XX, em Moscou, pesavam contra quaisquer empreitadas editoriais que contrariassem o cânone de Stalin²². Sobre os *Grundrisse*:

(...) É evidente que nutriam dúvidas com relação a seu valor, quando nada porque, na opinião de Stálin, rascunhos tinham menos importância que os três volumes de *O capital*, que refletiam a posição e as ideias do autor na maturidade. (HOBSBAWM, 2011:117)

22 A partir das análises históricas e críticas do período compreendido pelo exercício do poder stalinista, Reis Filho (2008) infere que “Em relação à apreciação do papel de Stalin, é necessário evitar as armadilhas da história retrospectiva. Depois de um começo hesitante, [...] assumiu o papel que lhe cabia de líder político e o desempenhou de modo habitual. Nem um semideus infalível, nem um demônio de erros, mas um ditador brutal, meticuloso, com uma grande capacidade de trabalho e nenhum respeito pela vida.” (REIS FILHO, 2008:110) E, em meio à constatação de toda sorte de aporias e contradições desta história enigmática que compreende o período do regime soviético, conclui o autor: “O socialismo soviético deixou um rastro de intolerância política. Quando se tornou vitorioso, estimulou em toda a parte os valores da igualdade, da solidariedade, da cooperação, do primado dos interesses sociais sobre os interesses individuais. No início dos anos 20 do século passado, embora cercada e faminta, a revolução russa semeava e despertava esperanças. Depois de décadas, só era capaz de mobilizar tanques e foguetes. A incapacidade histórica de construir uma alternativa ético-cultural à sociedade e aos valores capitalistas é um pesado fardo que deixou para os que tentam reinventar a alternativa socialista no século XXI (REIS FILHO, 2008: 171).

O assassinato do fundador do IME, a série de perseguições contra intelectuais vinculados – ou não – ao Instituto, a situação errante do sucessor de Ryazanov, Pavel Veller, nos deixam a possível dedução de que só o “descuido” associado à falta de conhecimento teórico dos agentes de Stálin possibilitou a publicação de 1939. Expulso e readmitido várias vezes do IME neste período, Veller, que ingressara no Instituto após a morte de Lênin, rapidamente tornou-se essencial para as atividades da Seção Marx-Engels pela sua habilidade em decifrar a letra de Marx. Sobreviveu ao primeiro grande expurgo de 1931, porém, sua permanência fora constantemente interrompida com as frequentes detenções para interrogatório ou trabalhos forçados quando penalizado por “não cooperação com o regime” (HECKER, 2010). O fato é que as autoridades, por não conseguirem elas mesmas compreender grande parte dos escritos originais, nutriam uma permanente desconfiança para com aquele judeu russo cuja presença contrastava com o que ideavam para os quadros do IME, mas para o qual Veller se tornara imprescindível. As sucessivas tentativas de publicação dos arquivos Marx-Engels pertencentes ao Instituto acompanham a situação política deste tradutor. Inúmeras vezes as publicações foram interrompidas pelas autoridades, em seguida retomadas com alterações, acréscimos e decréscimos, de forma a fragmentar ainda mais os caóticos escritos deixados por Marx.

A difusão dos *Grundrisse* pelo restante do ocidente também ocorrera através do capítulo “*Formas que precedem a produção capitalista*”, mas somente em meados da década de 1960. Segundo Musto (2009), esse texto fora transposto da edição russa de 1939 para o japonês já em meados do fim dos anos 1940. Posteriormente, a edição alemã surgida em 1952 “como parte da *Kleine Bücherei des Marxismus-Leninismus* (Pequena Biblioteca do Marxismo-Leninismo), serviu de base às versões húngara e italiana (1953 e 1954, respectivamente)”. Nesta esteira, segue a tradução inglesa de “*Formas que precedem a produção capitalista*” em 1964, contribuindo para a difusão do texto nos países anglófonos, além das traduções na Argentina de 1966 e na Espanha em 1967 que o propagaram para os países de língua espanhola. Desta leva, seguiu-se o crescente interesse pelo seu

conteúdo em todo o mundo, surgindo elaborações novas e inéditas luzes teóricas e históricas sobre o marxismo, como veremos.

A propagação de traduções dos *Grundrisse* em sua íntegra, enfim, deu-se na década de 1950. Neste período, fora primeiro no oriente que o texto circulou em numerosos exemplares publicados. Às traduções na China e no Japão entre 1950-1960 seguiram-se as novas traduções completas no ocidente, na corrente da conjuntura política-revolucionária da China, em especial, após a morte de Mao Tsé Tung em 1976, dada a abertura a publicações de textos que escapavam ao cânone maoista que imprimiu neste setor fortes restrições advindas da Revolução Cultural. Na União Soviética surgira uma edição russa entre 1968-1969, como parte suplementar da segunda edição ampliada da *Sochinneniya*, a publicação oficial das obras de Marx e Engels para o russo lançada e difundida de 1955-1968.

Na Europa Ocidental dos anos 1960 a obra fora introduzida através de traduções do período. Assim ocorreu com a tradução francesa do final da década, bem como a tradução italiana, ambas fruto da iniciativa circunstancial de editoras independentes do Partido Comunista. Em um curto período, França e Itália, Cuba, Espanha, México e Argentina, em meados de 1970, endossaram as fileiras de análise de um dos mais sintéticos trabalhos de Marx. Por fim, neste período, a Inglaterra recebera uma das mais sofisticadas traduções realizadas devido ao trabalho de Martin Nicolaus, que a publicara sob a plataforma editorial da *New Left Review*²³ em 1973, precedida, ainda, de uma seleção de partes do texto publicada dois anos antes organizada por David McLellan, pesquisador inglês da obra de Marx.

Ao oeste do continente, ainda segundo Musto (2009) a liberação da *Sochinneniya* poucos anos antes possibilitou as publicações na Hungria, Tchecoslováquia, Romênia e Iugoslávia ao longo dos anos 1970. Na década seguinte, rumo ao oriente, os *Grundrisse* surgiram no Irã, perfazendo "a primeira edição minuciosa em persa de todos os trabalhos de Marx" (idem); neste escopo, encontramos a tradução eslovena, a polonesa e a finlandesa de 1986. Com o fim do

23 Uma introdução à edição inglesa dos *Grundrisse*, intitulada "O Marx desconhecido", escrita pelo próprio Martin Nicolaus, traduzida para o português por César Benjamin, pode ser encontrada em *Marx e o socialismo* (NICOLAUS, 2009).

Estado Soviético e a negação do pensamento de Marx em um período político de neoliberalismo hegemônico, partes do mundo, sobretudo ainda o oriente, conheceram entretanto publicações próprias da obra ao longo da década 1990, seguido por um substancial acréscimo de traduções nos anos 2000, então cenário da “retomada” dos estudos marxistas, agora, sob a conjuntura política-econômica das mais recentes crises econômicas do capital.

Crítica e difusão dos *Grundrisse*

A fortuna crítica acerca dos *Grundrisse* sob a primeira grande leva de difusão inclui uma das mais importantes contribuições aos estudos marxistas. Trata-se de *Gênese e estrutura de O Capital*, escrito por Roman Rosdolsky, como veremos em seguida. Dando continuidade a fileira crítica dos estudiosos marxistas, Martin Nicolaus elaborara introdução própria à sua tradução dos *Grundrisse* para a língua inglesa, citada em nota acima, propriamente intitulada o “Marx Desconhecido”; na América latina, Enrique Dussel publicara em meados dos anos 1980 *Da Producción Teórica de Marx. Un comentario a los Grundrisse*. Da mesma maneira, às traduções seguiram estudos especializados na República Democrática Alemã, com Walter Tuchscheerer; Antonio Negri, na Itália, e Lucien Sève na França, além dos membros da Escola de Budapeste, na Hungria e demais estudos destravados no ocidente. (MUSTO, 2009: 106)

Em 1968 Roman Rosdolsky lançara, pois, o primeiro e desde então mais importante estudo sobre os *Grundrisse*, seu *Zur Entstehungsgeschichte des Marxschen Kapital*, traduzido para o português por César Benjamin, em 2001, com o título *Gênese e estrutura de “O Capital” de Karl Marx* (ROSDOLSKY, 2001). As peculiaridades inerentes ao texto no que se refere à sua escrita complexa e incompleta, em parte de caráter aforismático, foram, na contramão do esperado, as razões pelas quais Rosdolsky dedicara-se aos *Grundrisse* (MUSTO, 2009). Segundo o próprio Rosdolsky, os *Grundrisse* configuram-se como o “laboratório econômico de Marx” e, o que nos é mais caro, revelaria “todos os caminhos de sua metodologia”

(PAULA, 2010: 65). Ainda Paula (2010) nos adianta que, esquematicamente, incluiria os *Grundrisse* a totalidade do desenvolvimento do próprio método da crítica da economia política, pretensão desenvolvida por um conteúdo que pretende investigar o real tomando por pressuposto a necessária análise da realidade dada a partir de toda sua constituição, ou seja, enquanto objeto a ser exposto abstratamente. Tal esquema de investigação e exposição do real constitui o núcleo do método esboçado. Neste contexto, *Gênese e estrutura de “O Capital”* pretende expor o projeto marxista de crítica da economia burguesa e resgatar esta promessa na medida em que desenvolve propostas lançadas pelo próprio Marx em seu itinerário de 1857-58:

Há ainda outra razão para valorizar com ênfase a obra de Rosdolsky. É que os *Grundrisse* contém, em estágio de desenvolvimento preliminar, o essencial do projeto completo dos seis livros que Marx planejou escrever: o sobre capital; o sobre a propriedade da terra; o sobre o trabalho assalariado; o sobre Estado, o sobre comércio exterior; e o sobre o mercado mundial e as crises. Dos seis livros projetados, apenas os três primeiros foram publicados e, ainda assim, em estágios diferenciados de acabamento. (...) os *Grundrisse*, sendo exposição da totalidade, (...) contém certos temas (...) que só foram discutidas por Marx nesse texto, questões como a historicidade da lei do valor, sobre o sentido do socialismo (...). É exatamente essa circunstância que explica a extraordinária contribuição representada pelos capítulos 28 e 29 do livro de Rosdolsky, que são, respectivamente: O limite histórico da Lei do Valor; Observações de Marx sobre a ordem socialista”; e A reificação das categorias econômicas e a “verdadeira concepção do processo social de produção.” (PAULA, 2010: 69-70)

Hobsbawm, já citado, trouxe à crítica marxista outro texto de importante monta a respeito dos *Grundrisse*. Trata-se de “*Marx e as formações pré-capitalistas*”, publicado como introdução a uma seção dos *Grundrisse* intitulada “*Formações econômicas pré-capitalistas*” (HOBBSAWM, 2011: 122), em 1964. Este estudo situou os manuscritos nos debates em voga nas décadas de 1950-60, em especial a partir do que Hobsbawm desenvolvera acerca da ideia de “progresso” na história tomando como base o desenvolvimento das relações sociais de produção sob o sistema

capitalista. Além de expor o texto das “*Formações*”, o historiador inglês ensaiou uma retomada da leitura de textos anteriores de Marx partindo pontualmente das possíveis relações destes com o manuscrito de 1857. Ainda, em “*Como mudar o mundo – Marx e o marxismo*”, publicado recentemente no Brasil, Hobsbawm acresceu a sua produção intelectual outro trabalho sobre os *Grundrisse*, este²⁴, de caráter historiográfico, escrito como prólogo para a publicação organizada por Marcello Musto em comemoração aos cento e cinquenta anos do surgimento do manuscrito.

No Brasil, recentemente, João Antônio de Paula organizou outra publicação em lembrança do um século e meio da escrita dos textos originais. A publicação intitulada *O Ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)* trás textos de intelectuais e pesquisadores do Brasil e de outros países que abordam aspectos diversos da obra, bem como as histórias de suas publicações, de seus editores e críticos, além da análise de suas partes: a introdução; o capítulo sobre o dinheiro, aspectos da relação entre a teoria do valor, a do dinheiro e a do capital (PAULA, 2010)

Os *Grundrisse* sob a análise e crítica da tradição marxista

Hobsbawm parte sua análise sobre os *Grundrisse* pautando sua caracterização enquanto textos preparatórios de *O Capital*²⁵, porém, considerando a questão de traçar linhas precisas sobre sua relação com os três volumes do último²⁶.

24 “*A descoberta dos Grundrisse*” em: Karl Marx’s *Grundrisse: Foundations of the Critique of political economy 150 years later* (Routledge, 2008)” (HOBSBAWM, 2011: 116). Ver ainda Musto (2010).

25 “Quaisquer que sejam os resultados dos debates sobre o significado desses textos de 1857-58 que claramente fazem parte dos preparativos para a elaboração de *O capital*, eles refletem a maturidade de Marx, e não só como economista.” (HOBSBAWM, 2011:116)

26 Sobre o grau de continuidade entre os *Grundrisse* e *O Capital*, citamos ainda Rosdolsky (2001), Nicolaus (2009) e Musto (2009), segundo o qual: “Os *Grundrisse* são muito mais que um esboço aproximado d’*O Capital*; contém uma síntese de várias linhas do pensamento de Marx. Em certo sentido, nenhuma das obras de Marx é completa [à exceção] dos *Grundrisse*.” (MUSTO, 2009: 104).

Na sua historicização particular destes manuscritos, Hobsbawm insiste no caráter disruptivo que os textos difundiram em relação ao período e aos estudos marxistas após a década de 1950, período das primeiras publicações mais divulgadas. Segundo o autor, a divulgação e recepção dos *Grundrisse* naquele período tiveram uma nítida inclinação política, pois que ocorrera na esteira das rupturas teóricas e práticas com o marxismo de origem soviética. A ortodoxia desta orientação deveria, pois, ser questionada à luz da literatura do próprio Marx, em textos censurados (ou semi-censurados) pelo estalinismo, a exemplo, além deste último, dos *Manuscritos Econômico Filosóficos* de 1844²⁷.

“Justificar um marxismo não comunista” (HOBSEAWM, 2011) seria a tarefa da introdução destes textos num movimento teórico que irromperia na década de 1960 com estudos como os desenvolvidos pela *Nova Esquerda*, além de pensadores da tradição de Frankfurt. As novidades teóricas trazidas por estes escritos calhavam às necessidades políticas e teóricas da leitura do capitalismo tardio: as análises dos *Grundrisse* sobre temas da tecnologia (da automação), de uma sociedade tecnicamente desenvolvida ao largo de determinações clássicas tais como a necessidade de mão de obra em larga escala, além de temas que suportariam as análises sobre a cultura e lazer de massas empreendido naquelas últimas décadas fizeram destes escritos expoentes de novas interpretações do marxismo, então, centenário.

A parte *Formações que precedem a produção capitalista*, publicada separadamente desde meados da década de 1930 em russo, até conformar a integra dos *Grundrisse* com a reimpressão alemã de 1953, já despertara desde então o interesse dos teóricos, em especial dos historiadores marxistas e dos antropólogos sociais. Ao lançar luz sobre questões relacionadas ao desenvolvimento do “modo de produção asiático”, bem como servir de subsídio para as análises marxistas acerca das sociedades do “terceiro mundo”, as *Formações* apresentam

27 Sobre esta polêmica, prossegue Hobsbawm: “Como não pertenciam ao cânone dos ‘clássicos’, mas sem dúvida tinham sido escritos por Marx, tanto os textos de 1844 [*Manuscritos Econômico-Filosóficos*] quanto os textos de 1857-8 podiam ser vistos, dentro dos partidos comunistas, como uma base para uma abertura legítima de posições até então fechadas”. (HOBSEAWM, 2011, p. 119). Ver Marx (2006).

um percurso histórico da produção material do homem que faz parte da prerrogativa geral dos *Grundrisse*: apresentar uma gênese do capitalismo até sua inevitável derrocada²⁸.

O grande fato histórico que cerca o interesse pelos *Grundrisse* a partir das décadas de 1950 e 1960 é a reconfiguração global, sobretudo a bipolarização entre URSS e EUA. A questão posta para a intelectualidade e para o mundo político seria pôr em questão mais uma vez dois sistemas antagônicos então realidade política no mundo, embora em proporções distintas frente a outras grandes experiências históricas. Tratava-se da organização comunista ou capitalista dos estados nações. Não só as duas propostas faziam parte da ordem do dia mundialmente do ponto de vista político-institucional, como reclamavam por subsídios teóricos e científicos capazes de, além do fornecimento de razões justificadoras, apresentarem métodos e meios concretos para operar as relações sociais nos âmbitos complementares do público e do privado. No caso das posições de esquerda no plano político, as mudanças e reconfigurações de novas formas de organização da classe trabalhadora e campesina se depararam com a tarefa de produzir novas formas e meios de disputa de consciência e estratégica política. Neste contexto, mais uma vez, a importância de publicações como os *Grundrisse* para novas leituras sobre o marxismo fora fundamental, sobretudo tendo em vista o caráter determinado de continuidade das propostas metodológicas e temáticas que Marx elaborara para si em manuscritos anteriores, em especial os textos publicados na segunda versão da *Marx Engels Gesamtausgabe*, a MEGA II, que, como vimos anteriormente, veio ao prelo neste período.

28 À medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que (...) por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia [...]. A riqueza efetiva se manifesta antes [...] na tremenda desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, bem como na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido à pura abstração e o poder do processo de produção que ele supervisiona.” E adiante “o que aparece com grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral (...).” (MARX, 2011: 589-91).

Ainda em Hobsbawm (2011), constatamos que, de fato, o esforço intelectual conjunto empreendido após a crise de 1956 relacionada ao declínio da “ortodoxia soviética” que possibilitara a inserção e difusão desta nova leva de textos de marxistas. Alheios a tudo aquilo que não compunha o cânone marxista-leninista soviético instaurado nas primeiras décadas do regime, os partidos comunistas não deram atenção a estes textos que, em último caso, poderiam servir “como uma base para uma abertura legítima de posições até então fechadas” (HOBSBAWM, 2011). Prosseguindo à leitura da tese do historiador inglês, a publicação de 1953 dos *Grundrisse* abre o espaço pra o desenvolvimento teórico de tradições hoje bastante conhecidas, como a dos reformistas franceses das *Editions Anthropos* do final da década de 1960 e a tradição que se segue ao advento da *New Left Review*, tendo à frente Martin Nicolaus (2009). Subjaz a essa periodização o inseparável contexto político da época das rebeliões estudantis de 1960, estas que, ainda segundo Hobsbawm (2011) resultaram no âmbito do ativismo político, das elaborações e publicações da década de 1950 próximas à tradição de Frankfurt, como Lichtheim e o jovem Habermas. Este momento de efervescência política ajudaria a compreender o aumento das publicações e consequentemente de leitores neste período. Seria, por fim, este o período no qual a leitura dos textos dos *Grundrisse* tomou acento na ordem do dia das pesquisas e teorias marxistas.

Partindo das afirmações do *Prefácio da Contribuição da Crítica da Economia Política* de 1859, podemos inferir, em retrospecto, que Marx esboça nos *Grundrisse* a questão central do mecanismo de mudança da ordem social capitalista para uma forma de organização social não baseada no acúmulo de capital. Segundo Nicolaus (2009), a dissonância entre as proposições formuladas no referido *Prefácio*, de caráter mais totalizante em dimensões políticas, sociais, históricas e econômicas que seu seguinte conteúdo, exposto em capítulos, apontam para um não-dito que pressupõe a existência anterior de algum material que apoie as conclusões ali travadas ou, sinalizariam apontamentos futuros sobre os temas prefaciados. Este último, ainda segundo Nicolaus, expõe de forma sistemática as dimensões sociológicas, políticas e econômicas segundo a evolução da história em vista a especificar como e por que a sociedade atual deve ser superada “por causa da

tensão causada por seus conflitos internos, dando lugar a uma ordem civilizatória mais elevada”. Através dos escritos de 1857-8, sabemos que na obra de Marx o caráter fragmentário não se confunde com lacunas em seu sistema. Daí o ensejo deixado por Marx no referido Prefácio à *Contribuição da crítica da Economia Política*, ao explicitar o porquê de não publicar a *Introdução à contribuição à crítica da Economia Política*:

Ainda que houvesse esboçado uma introdução geral, prescindindo dela, pois, bem pesada a coisa, creio que é adiantar resultados que devem ser demonstrados, o que seria um estorvo. O leitor que queira, realmente, me seguir deverá estar disposto a transitar do particular ao geral. (MARX, 1977:07)

Não seria, de fato, em *O capital* que o tema da origem e derrubada da ordem capitalista seria tratado (NICOLAUS, 2009). Portanto, o retrospecto na análise do conjunto da obra fora bem vindo a partir de 1939. A publicação feita pelo IME em seus últimos anos de existência dos *Grundrisse* estabeleceu um elo que a tradição revolucionária esforçou-se em estabelecer com empenho visionário na experiência teórica alemã e russa do início do século XX²⁹. As análises econômicas de traço fortemente técnico dos capítulos da *Contribuição à Crítica da Economia Política* precedem a um esboço teórico-político sobre a superação necessária e inevitável das contradições da ordem capitalista. Para além das promessas históricas, mas arriscada a sua efetividade na elaboração de um método teórico que permitiria o princípio da ação, a compreensão de seu fenômeno mais latente, qual seja, a sociedade burguesa.

Ainda segundo Nicolaus (2009), outra dimensão teórica é encontrada nos *Grundrisse*, seria o caráter dialético do conjunto da obra de Marx verificável nestes textos, pois exporiam as ligações entre os temas e questões dispersos ao longo de seu espólio que, devido a tais particularidades temáticas fora dividido pela tradição do último século em relação à temporalidade da sua produção. O autor defende

29 Vê-se Rosa Luxemburgo em *A acumulação do capital* de 1912.

ainda que a separação entre os títulos do “jovem” e do “velho” Marx, portanto, se tornaria obsoleta com o encontro dos *Grundrisse*. Temas de Filosofia e economia, a influência dos pensamentos de Hegel e Ricardo, estariam ali numa síntese que expõe o pensamento particular do próprio Marx. O que se vê, diz o autor, é que a transformação na obra de Marx operada pelo enfoque nas ideias e aplicação de conceitos ricardianos ocorreu de forma gradativa. O interesse nas leis da acumulação de mais-valor, decorrido da observação da importância fundamental da teoria do excedente na economia capitalista, não anulam as proposições econômicas anteriores focadas no mercado e na concorrência, conforme abordaremos no desenvolvimento deste trabalho. Há elementos da teoria do excedente espalhados nas obras de juventude, e, nas obras posteriores, não se afirma que as questões da concorrência e do mercado possuam menos importância. Surgira, pois, uma mudança de foco com consequências profundas à investigação, “mais além da superfície da análise, baseada no mercado, (...) este passo adiante constitui o principal problema analítico de que se ocupam os *Grundrisse*.” (NICOLAUS, 2009:107)

Tomando como referência o autor, temos ainda que:

Em primeiro lugar, esta obra tornará impossível – ou pelo menos, muito frustrante- separar as obras de Marx entre as do ‘jovem’ e as do ‘velho’, entre as ‘filosóficas’ e as ‘econômicas’. Os entusiastas de Hegel e os partidários de Ricardo considerarão a obra, ao mesmo tempo, estimulante e frustrante, pois os *Grundrisse* são, por assim dizer, a ponte por meio da qual esses dois grandes antecessores de Marx entram em osmose um com o outro. Contém passagens que formulam ideias ricardianas com linguagem hegeliana e ideias hegelianas com linguagem ricardiana; a relação entre ambos é direta e frutífera. (NICOLAUS, 2009: 131-132)

E continua:

Também, com os *Grundrisse*, as frequentes obscuridades aparentemente técnicas de *O capital* revelarão seu sentido mais

amplo (...). O elo perdido entre o Marx maduro e o Marx jovem está nos *Grundrisse*. (NICOLAUS, 2009: 132)

Em termos propositivos, em que consiste, pois, este liame entre as obras espaçadas e o conteúdo dos *Grundrisse*? A tese do mais-valor como força motriz do sistema capitalista ecoa, agora, pelas fissuras do mercado, este que fora a base das análises marxianas das primeiras obras. Se dos capítulos da *Crítica* de 1859 emergem questões de cunho estritamente econômico, seu *Prefácio* apontaria conclusões baseadas na observação do excedente no modelo econômico burguês, em relação direta com os escritos dos dois anos exatamente posteriores³⁰. Esta guinada econômica, substancialmente superior às suas produções anteriores, reflete o espanto filosófico marcado na constatação da origem da forma de existência do homem moderno da era pós-industrial. Portanto, o alcance político-revolucionário, a partir de então, estaria dotado de um fundamento originário: antes da forma alienada de existência, a condição, o pressuposto de existência desta manifestação falsa de vida era demarcado, e, portanto, surgira nítido o alvo da ação política que pretendesse reverter a ordem desta existência.

3.2. O contexto histórico e as bases teóricas da produção intelectual de Marx no período dos anos 1850

Nesta breve investigação acerca da história intelectual de Karl Marx, em meio às vicissitudes relacionadas à apreensão política deste seu trabalho teórico, além da crítica intelectual desenvolvida por estudiosos marxistas, observamos, mais uma vez a constante central da elaboração de uma crítica direcionada à economia política clássica em seu viés capitalista. Para tanto, a partir dos resultados obtidos com as análises empreendidas durante o início do exílio londrino, o pensador iniciou a série de textos que formam os manuscritos de 1850 a 1858. Dentre estes,

30 “Para a crítica da economia política – Manuscritos de 1861 – 1863 | Cadernos I a IV, Terceiro Capítulo – O capital em geral”. Ver Marx (2010).

encontramos seis grandes conjuntos de escritos caracterizados por uma analítica da economia, pois que, neste momento, seus escritos focam-se numa depuração dos elementos constitutivos da economia e do capital. Nos manuscritos e artigos anteriores, Marx traça uma história crítica da economia política, preocupado em por o capitalismo em seu contexto histórico e mostrar a economia enquanto elemento político relacionado com o desenvolvimento histórico e intelectual da humanidade. Portanto, interessaria a Marx, em princípio, elaborar uma gênese histórica não só desta ciência, a economia, mas da produção material em sociedade, necessitando, em alguns momentos, remontar do presente ao passado em direção às formas anteriores de organização e efetividade dos sistemas de produção.

A partir dos anos 1850, portanto, identifica-se, desde a estrutura das obras do período, a análise propriamente dita dos elementos formadores da economia e do capital, tal qual o conjunto dos *Cadernos de Londres* (1850-53). Estes escritos são constituídos por vinte e seis cadernos sobre economia política e sua história, crises, dinheiro, condições de trabalho e tecnologia, assim como o “*Bullion - The Perfect Monetary System*”, texto de 1851 que trata da importância das teorias do dinheiro e da circulação. Em seguida encontramos os escritos de 1855, que sumarizam as principais teorias econômicas clássicas sobre dinheiro, crédito e crises financeiras. Ainda, há uma série de artigos caracterizados por este novo enfoque que tratam sobre economia política em geral e que foram publicados em jornais e revistas da época entre 1851 e 1862. (MUSTO, 2010)

O resultado obtido nesta etapa de estudos nos mostra que Marx alinha-se a um método de investigação que pressupõe o discurso da economia política à qual se debruça. Este evento demonstra a necessária investigação de seus pressupostos em vista a um correto trabalho crítico. Este trabalho específico é demonstrado desde a escrita de *Miséria da filosofia e Trabalho assalariado e capital*, bem como no texto do *Manifesto Comunista*, já referido. (DUAYER, 2011) Entretanto é a partir do exílio londrino que estes estudos são retomados, de forma que seu resultado aponta a necessidade do autor em reconstituir sua investigação. Seriam as condições e a disposição de dados concretos que o levariam a delimitar seu objeto e especificar seus estudos. É conhecido, neste período, o cotidiano de estudos assumido por

Marx quando tem a seu alcance o arcevo do Museu Britânico, então um dos mais ricos e atualizados banco de dados sobre a história e desdobramentos da economia política. Além disto, a história prosseguia apontando uma nova conjuntura política que se delineava a partir das experiências revolucionárias de 1848 junto à reestruturação do capitalismo durante o curto período de crise dos anos de 1850.

Nesta mesma perspectiva teórica, como sabemos, nos anos de 1857 de 1858 foram escritos os textos formadores dos *Grundrisse*. Uma cronologia destes textos nos permite subdividi-los em três momentos: a escrita da *Introdução para a crítica da economia política*, seguida pelo texto intitulado “*Bastiat e Carey*” e o conjunto dos *Esboços da crítica de economia política*, este último propriamente formador dos *Grundrisse*, consolidando desta maneira os escritos preparatórios para a *Contribuição para a crítica da Economia Política* de 1859.

Em qual contexto teórico surgiu os textos que formam os *Grundrisse*? Segundo Musto (2012), em 1857, Marx vislumbrava a possibilidade eminente de uma revolução, devido à crise financeira em nível internacional que assolava os mercados e a indústria por toda a Europa. Desde os acontecimentos da Comuna de Paris e os levantes populares em 1848, portanto, não se via no horizonte a conformação de elementos suficientes para um ascenso político revolucionário por parte da classe trabalhadora. Há alguns anos morando em Londres, usufruindo das satisfatórias condições para suas pesquisas, Marx decide prosseguir seus estudos econômicos tendo em vista o acabamento suficiente do material produzido e acumulado para uma possível publicação.

Desde 1843 a economia burguesa fora objeto de suas investigações e, naquele momento, na segunda metade da década de 1850, Marx possuía resultados teóricos suficientes para elaborar uma crítica contundente ao desenvolvimento do sistema econômico capitalista. A exposição destes resultados encontraria suas primeiras formulações metodológicas partindo da assimilação e crítica das formas teóricas científicas e metodológicas da economia burguesa, tal qual encontramos nos *Grundrisse*. (DUAYER, 2011)

A exposição dos *Grundrisse* inicia-se pelo texto “*Bastiat e Carey*”, economistas contemporâneos a Marx que desenvolveram, grosso modo,

concepções críticas na análise de capitalismo. Os dois economistas se dedicaram ao estudo da economia capitalista após constatarem sua autodissolução com o possível advento de poderes revolucionários, em longo prazo, e as ações de Estado – monopólios, impostos, dívida pública e outras ações estatais, em curso. A “crítica” formulada por ambos, portanto, visa encontrar nos fundamentos da economia clássica as armas para combater as possibilidades de desestabilização do sistema econômico, em vista a salvaguardar a harmonia do capital. A crítica de Marx aos autores expõe o modelo de economia clássica burguesa que não considera a historicidade do sistema econômico e concebe o sistema capitalista como eterno e imutável.

O segundo texto que dá forma aos *Grundrisse* é a *Introdução à Crítica da Economia Política*. Embora possua uma estrutura inacabada, a “*Introdução*” traz o registro de raro momento na produção teórica de Marx no qual questões metodológicas são propostas e desenvolvidas, embora, como veremos, em certos limites. Segue, ainda, a segunda parte do manuscrito, intitulada “*Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política*”, propriamente os *Grundrisse*, composta, por sua vez, por duas partes: o Capítulo do dinheiro e o Capítulo do capital.

No “Capítulo do dinheiro”, o manuscrito inicia com uma crítica à obra do autor proudhoniano Alfred Darimon, no que tange às propostas de Proudhon direcionadas a um enfrentamento dos momentos de crise econômica, passando, na obra de Darimon, por uma proposta de reforma do sistema bancário. (DUAYER, 2011) Portanto, Marx debruça-se na exposição das aporias de proposições de aparência socialista que, entretanto, repõem as relações sociais postas pelo capital através da reforma deste sistema, ao invés de formular as condições para sua derrocada. Segundo Marx, o dinheiro figura como elemento intrínseco no desenvolvimento da mercadoria e possibilita a análise de como surge o elemento de dominação, advindo da produção e circulação das mercadorias nas relações sociais, de maneira que tais relações são inclusive alteradas pela troca. Estas relações de dominação são mediadas pelos valores de troca expressos no dinheiro, daí que “Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] traz no bolso”

(MARX, 2011: 102-3) Neste panorama, os sujeitos são produtores (trabalhadores) que só encontram as formas de articulação pessoal com a sociedade produtiva enquanto tais. Sendo sua medida a produção, o nível destas relações está implicado com a capacidade e nível da produção individual, ou seja, a quantidade de trabalho produzido media o intercâmbio do sujeito com o meio social. No decorrer deste trabalho teremos, enfim, a oportunidade de tratar do tema central destas formulações: a constatação feita por Marx de que relações abstratas de produção implicam o desenvolvimento e a reprodução das relações concretas de produção.

A segunda parte de *Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política*, intitulado “Capítulo do capital”, constitui a exposição de parte do conjunto categorial elaborado por Marx para nortear sua crítica da economia política. Neste texto, encontramos as primeiras formulações de mais-valor³¹, mais-valor absoluto e relativo, força de trabalho, capital constante e variável [...]. (MARX, 2011) Nesta etapa da investigação, Marx aponta as implicações do sistema de produção capitalista nas relações de produção. No capitalismo, sendo estas relações mediadas e possibilitadas pelos valores de troca, antes mesmo, pela produção de valor que gera valor, o processo de produção satisfaz a criação de um excedente que é gerado pela força de trabalho. Portanto, este elemento que encerra a potência da geração de valor, o trabalho, terá de ser utilizado para a finalidade da produção de valor. Ocorre que esta produção é determinada pela posse dos meios concretos os quais o trabalho necessita para se realizar, e esta posse não está no domínio do trabalhador, mas de quem o emprega. É esboçado, desta forma, o núcleo da investigação da economia política, o encontro da raiz da exploração do homem em meio às relações de produção: o uso da força de trabalho para a obtenção de mais-

31 Na referida edição dos *Grundrisse* que ora utilizamos o termo alemão “*Mehrwert*”, que é posto correntemente em textos e críticas marxistas como o derivado “mais-valia”, é aqui vertido para o português como “mais-valor”, dada sua tradução literal, estabelecendo, assim, uma pequena contenda com larga tradição de estudos marxista. Segundo o tradutor do texto: “Uma vez que não é tradução literal de ‘*Merhwerf*’, o uso de ‘mais-valia’ teria de ser justificado teoricamente. Essa tarefa é impossível, pois, como ‘valia’ nada significa nesse contexto, não há como justificar ‘mais-valia’ [...] além de ser uma tradução ilícita, a expressão ‘mais-valia’ converte uma categoria de simples compreensão em algo enigmático, quase uma coisa.” (DUAYER, 2011:23) A partir deste momento, dada a proposta de uma tradução em vista a clarear o significado real e preciso do termo, nos valem ao longo do trabalho desta orientação.

valor e todo o conjunto de determinações que norteiam e formam este conjunto de relações.

Caberia, circunstancialmente, focar a análise nos conceitos de “forças produtivas” e “relações de produção”. Nicolaus (2009) se debruça rapidamente sobre esta questão tomada a partir das concepções propagadas pela tradição marxista. Larga medida desta tradição difundira a ideia de que “forças materiais” seria um termo correlato para designar a “infraestrutura”, assim como as “relações sociais de produção” designariam a “superestrutura”. A partir da leitura do *Prefácio à crítica da economia política*, em relação ao que fora desenvolvido anteriormente nos *Grundrisse*, as relações políticas, jurídicas e de propriedade seriam uma das expressões destas relações de produção, mas não elas mesmas. No capítulo sobre o dinheiro³² “Marx demonstra (...) que na sociedade burguesa o dinheiro não é um objeto natural, mas sim uma forma objetivada da relação social básica, dentro da qual se desenvolve a produção capitalista.” (NICOLAUS, 2009:120) O dinheiro “é o ponto de partida e o ponto de chegada do processo de acumulação” e, a partir deste momento, Marx chega à conclusão que a relação que o antecede é a relação de troca, portanto, a relação mais básica. Ainda, nas relações de produção, o enlace entre estes dois momentos, o dinheiro e a troca, configura a relação básica da produção que forja o dinheiro através da necessidade da mercadoria. Este exemplo nos permite compreender que a troca é o instante no qual o valor se torna em conjunto a mediação necessária para o movimento de todo o sistema produtivo, de forma que o valor de troca media e objetiva as relações sociais de produção, pois além da necessidade ou quaisquer outros determinantes que vicejem o consumo, antes disto o indivíduo necessita possuir os meios concretos para a aquisição expressos na forma de valores. Desta maneira, as relações de produção surgem, antes do aspecto “superestrutural”, enquanto mediação básica para todo o desenvolvimento da sociabilização encontrada na sociedade capitalista através da determinação mais básica, a relação de troca.

32 “Capítulo do dinheiro” (MARX, 2011), p. 67-182.

Em outro aspecto, as “forças produtivas materiais”, além de não denotarem especialmente as dimensões concretas da produção, mas bem como aspectos abstratos da produção, carecem da precisão analítica subsidiada pela leitura da obra de Marx. Antes de apresentarmos um componente material como arquétipo das “forças produtivas”, é necessário voltar-se para as determinações mais básicas que conformam estes momentos.

Uma máquina sempre tem um suporte material, mas a decisão de utilizar ou não sua capacidade produtiva, de convertê-la ou não em força produtiva, depende da organização social do processo produtivo, como Marx destaca nos *Grundrisse*. (NICOLAUS, 2009: 121)

Portanto, há que observar a inserção das forças produtivas em um processo histórico de produção e, enquanto tal, mediado e objetivado via a realização de relações sociais pautadas por determinações diversas. E, neste sistema produtivo, a determinação mais básica é transpassada pelo processo de acumulação, através do qual as forças produtivas realizam a produção do mais-valor extraído da força de trabalho. Força produtiva, enfim, é força de exploração.

No início e no fim o processo produtivo encontra-se o imperativo social dos valores de troca, mas do princípio ao fim o processo de produção deve render mais-valia. A troca de equivalentes é a relação social fundamental de produção, mas a extração de não-equivalentes é a força fundamental de produção. Esta contradição, inerente ao processo de produção capitalista, é a fonte dos conflitos que, conforme a visão de Marx, desembocariam na revolução social. (NICOLAUS, 2009: 122)

Como se sabe, os *Grundrisse* não foram escritos em vista à publicação. Eles possuem a natureza de um texto de trabalho, mais precisamente um esboço que nortearia a exposição posterior do conjunto destas investigações teóricas que os formam. Expomos a estrutura completa do manuscrito em vista a especificar minimamente seu conteúdo, de forma a prosseguir esta investigação focada no seu

segundo texto. Em “*Introdução à Crítica da Economia Política*”, procuraremos identificar em uma de suas partes constitutivas, a questão do “método”, o objeto central desta investigação: a categoria trabalho. Para tanto partimos para a exposição da estrutura deste texto específico.

4. A INTRODUÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: ENTRE O PROJETO E O MÉTODO

4.1. Elementos do esboço à crítica

Antes de iniciar tais estudos, Marx dedicou-se às questões de método a fim de elaborar a forma correta de investigação da realidade e, especificamente, das questões econômicas. Segundo Musto (2012) para o projeto de continuação dos estudos e da crítica da economia política Marx elaborou um itinerário que o permitisse aplacar duas necessidades: a elaboração de um método de conhecimento capaz de incidir sobre a realidade em vista a captar e explicar corretamente os pressupostos materiais de desenvolvimento dos objetos da economia política, uma espécie de “procedimento cognitivo” que, segundo Marx, a ciência econômica não dispunha; e, por fim, satisfazer a “necessidade de fundamentar os argumentos e a ordem da exposição antes de iniciar a escrita.” (MUSTO, 2012: 49) Tal itinerário investigativo é a base sob a qual se desenvolve a *“Introdução à Crítica da Economia Política”*.

José Paulo Netto, expondo as investigações de Luckács acerca de uma ontologia no pensamento de Marx, diz que, segundo o filósofo húngaro, as investigações de Marx não incidiam sobre uma dimensão abstrata caracterizada pela teoria do conhecimento clássica enquanto procedimento de “como conhecer” um objeto, mas, na filosofia marxiana, encontraríamos a busca por um procedimento adequado em vista a conhecer “um objeto real e determinado.” Seguindo este raciocínio, remonta a Lênin, que apontara antes das análises de Lukács o interesse específico da investigação lógica esboçada no método em questão:

(...) a Marx não interessava elaborar uma ciência da lógica (como fizera Hegel): importava-lhe a *lógica de um objeto determinado* –

descobrir esta lógica consiste em *reproduzir* idealmente (teoricamente) a estrutura e a dinâmica deste objeto. (PAULO NETTO, 2011:27-28)

Da mesma forma, Musto (2012) defende que no processo de elaboração do método da crítica da economia política não interessava a Marx desenvolver um estudo de metodologia, interessava, antes, compor uma orientação que julgar-se segura como base para o desenvolvimento de sua análise crítica. Para tanto, encontramos apontamentos sobre sua concepção de história e elementos teóricos que subsidiariam investigações mais detalhadas sobre o emprego, além de outros aspectos importantes da estrutura da realidade social. De modo que, os apontamentos de caráter epistemológico e de cunho investigativo da teoria econômica clássica nos permitem apontar a “*Introdução à Crítica da Economia Política*” como “um elemento importante para a compreensão de seu pensamento e uma chave para a interpretação dos *Grundrisse* em sua totalidade.” (MUSTO, 2012: 50)

Marx desenvolve na “*Introdução*” a estrutura de sua exposição dividida em quatro momentos: *A produção em geral; a relação geral entre produção, distribuição, troca e consumo; o método da economia política; e Meios (forças) de produção e relações de produção, relações de produção e relações de intercâmbio etc.* (MARX, 2011)

Na primeira parte, intitulada “*a produção em geral*” o autor apresenta o resultado de suas investigações sobre a economia política clássica expondo a forma e o sistema teórico econômico que intenta questionar. Para tanto, delimita seu objeto de estudo, a produção material e as relações sociais submetidas a esta realidade:

a produção em geral - o objeto nesse caso é, primeiramente, a *produção material*. Indivíduos produzindo na sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada. (MARX, 2011: 39)

As investigações sobre as obras dos economistas clássicos permitiram a Marx delinear seu horizonte teórico referencial. Encontramos uma recusa em relação aos pressupostos da economia burguesa que concebem o homem como produto de uma ordem social eterna e imutável, centrado o sistema capitalista como determinação política e econômica destas relações. O homem enquanto *animal gregário*, pautado em uma sociabilidade coletiva, diria Marx, é a forma primeira da existência arcaica encontrada na história. O indivíduo burguês isolado, o *homo oeconomicus* da era burguesa é um fenômeno típico de sua temporalidade, portanto, *ser* forjado em tempo e espaço historicamente localizável e diverso de formações sociais anteriores.

Neste momento, Marx delimita o surgimento deste indivíduo segundo uma gênese histórica, ao tempo em que esclarece a temporalidade desta organização societária em particular, a partir de sua negação frente às formas anteriores. E, se esta forma de organização é movida por sua produção, a *produção burguesa* é sua forma de objetivação. Partindo desta caracterização, a produção é, em seguida, contraposta a sua “mistificação”, segundo Marx, a ideia de uma “*produção em geral*” difundida pela economia clássica, assim como aquela concepção clássica de indivíduo, também eterna e imutável. (MUSTO, 2012) Tal concepção burguesa encobriria as particularidades de cada sistema de produção encontrado na história. Este conjunto conceitual apontado na teoria clássica, o indivíduo isolado e a produção em geral, serviriam à tentativa da economia burguesa de encerrar as relações sociais vigentes como resultado de uma eternidade espacial harmônica. (MARX, 2011)

É desta forma que Marx esboça sua concepção: a ideia que julga adequada para prosseguir suas investigações acerca da produção burguesa. Nesta, vale apontar a temporalidade e determinações desta produção, além de seu espaço social e pressuposto econômico, pois, “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade. (...) propriedade (apropriação) é uma condição da produção.” (MARX, 2011:43) Importa, ainda, apontar os mecanismos sociais de manutenção e reprodução desta ordem, momento em que as relações sociais de produção determinam a efetividade

desta produção: “A saber, que toda de produção forja suas próprias relações jurídicas, formas de governo, etc.” (MARX, 2011: idem) Mas, nenhuma produção prescinde da elaboração material humana em vista a seus resultados, e, neste momento, o *trabalho* surge como prerrogativa de toda a produção historicamente desenvolvida³³.

Na seção seguinte da “*Introdução*”, a relação *geral* entre produção, distribuição, troca - circulação - e consumo é posta enquanto unidade dialética que conforma uma totalidade de momentos nos quais a produção se realiza. Antes de expor sua concepção da produção enquanto totalidade, Marx reproduz a forma sob a qual os economistas abordaram a relação geral entre estes momentos. Segundo a economia clássica tais momentos atuam individualmente, de maneira que a produção encerra o instante no qual os membros da sociedade transformam os objetos retirados da natureza em vista a satisfazer suas necessidades e, na distribuição delimita-se o quinhão que a cada indivíduo caberia de acordo com a medida de sua produção e as relações sociais de produção. Já a troca possibilitaria a mediação entre os produtos particulares então distribuídos, enquanto que o consumo consubstanciaria o instante da fruição individual daqueles produtos. Segundo este esquema:

A produção aparece assim como ponto de partida; o consumo, como o ponto final; a distribuição e a troca, como o meio-termo, o qual, por sua vez, é ele próprio dúplice, uma vez que a distribuição é o momento determinado pela sociedade e a troca, o momento determinado pelos indivíduos. (MARX, 2011:44)

A relação entre estes instantes formariam um “autêntico silogismo.” Porém, haveria nesta explicação uma conexão superficial. Marx empreende algum esforço em demonstrar que aqueles momentos se intermedeiam e não podem ser isolados, pois, é formando uma unidade que eles se realizam nas relações reais. Na relação entre produção e consumo encontraríamos uma identidade imediata, na medida em

³³ Sobre esta questão, retomaremos em ponto a seguir o tema da objetivação das relações de produção.

que criam um ao outro enquanto se realizam, tal qual o instante em que a produção consome material prima para efetivar-se. Assim, o consumo seria não uma etapa posterior, mas da sua análise apresenta-se enquanto “momento interno da atividade produtiva” (MUSTO, 2012)

Em seguida, a distribuição é analisada em contraponto à mesma produção, sob a qual se realiza no momento em que estabelece o vínculo entre a produção e o consumo: “Entre o produtor e os produtos se interpõe a *distribuição*, que determina, por meio de leis sociais, sua cota no mundo dos produtos, interpondo-se assim, entre a produção e o consumo.” (MARX, 2011:49) Esta interposição não caracteriza, na forma concreta, um mero intercâmbio entre as mercadorias, tal qual a compreensão da economia burguesa, mas é desde a produção determinada de acordo com as relações sociais de produção, ou seja, na produção capitalista, a distribuição não é uma simples repartição dos bens socialmente produzidos, mas o instante no qual a determinação da produção se realiza, na forma da produção de bens sociais de acordo com a posição individual do consumidor, por exemplo.

A relação entre produção e troca também estaria pautada pela determinação da produção. As características das relações de troca em particular, “sua intensidade, escala (...) são determinadas pelo desenvolvimento e estrutura da produção.” (MUSTO, 2012) Assim como na distribuição, a troca estaria determinada desde a produção, pois nas relações que encerra em seu momento, as relações concretas de efetivação do consumo, ao qual intermedeia a mercadoria, desde já se encontram estabelecidas e previstas.

Esta investigação expõe a conclusão de que a produção encerra a totalidade das relações sociais que caracterizam a efetivação do modo de produção capitalista. A produção “predomina sobre os outros elementos” e enseja e reprodução de todo o sistema:

A produção, por conseguinte, produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. Logo, a produção produz o consumo, na medida em que 1) cria o material para o consumo; 2) determina o modo do consumo; 3) gera como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos

primeiramente como objetos. Produz, assim, o objeto do consumo, o modo do consumo e o impulso do consumo. (MARX, 2011:47)

As elaborações teóricas contidas nesta investigação são perpassadas por motivações políticas manifestas, não só em uma contraposição à economia política burguesa, mas em críticas direcionadas às vertentes socialistas que apontavam “possibilidades” em vistas a uma reforma das relações de produção no momento de sua circulação dos bens socialmente produzidos. (MUSTO, 2012) O resgate do caráter de totalidade da produção permite, pois, compreender que todos estes momentos formam tais relações sociais de produção e que mudanças em suas manifestações só seriam possíveis e eficazes se vislumbrarem esta totalidade.

Neste item da “*Introdução*” de 1857, Marx intenta resgatar o caráter de unidade que cerca estes momentos da produção capitalista, pois, este resgate implica numa exposição adequada pautada na máxima assimilação da realidade por uma investigação correta de seus elementos constitutivos, em vista a “compreender a produção moderna em sua articulação social determinada.” (MARX, 2011: 51) Em um determinado aspecto, pôr a produção no seu lugar social de momento determinante do sistema de reprodução do capital implicaria resgatar a centralidade de sua objetivação, qual seja o trabalho enquanto fonte de riqueza.

4.2. O método da economia política

No momento seguinte da exposição, Marx esboça aquela que seria sua principal questão metodológica, qual seja a possibilidade de construir um modelo teórico capaz de reproduzir uma representação correta da realidade. Desde o início deste ponto, Marx empenha-se em demonstrar a diferença entre o concreto real e o pensamento, um esforço necessário em vista a estabelecer uma forma de conhecimento da realidade oposta ao hegelianismo pautado na correspondência entre o real e o pensamento.

Tal esforço prossegue na tentativa de elaborar uma exposição dos fatos não limitada à mera repetição dos estágios correspondentes à cronologia histórica. Portanto, seria preciso estabelecer um processo de abstração no qual as categorias utilizadas permitissem uma reconstituição da realidade de forma a comportar a complexidade das relações e determinações que formam a totalidade do real. Para tanto, a história deveria guiar todo o procedimento cognitivo, de forma que a abstração do entendimento confrontar-se-ia às formas da realidade histórica e, desta maneira não se confundiria com a própria realidade.

Esta é a seção mais importante do texto, dedicada à “relação que a apresentação científica tem com o movimento real”. Neste ponto, Marx parte de uma inflexão da ordem de como proceder ao início de uma investigação analítica da realidade. No início do item, Marx aponta alguns caminhos metodológicos possíveis de acordo com as suas investigações:

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. (MARX, 2011: 54)

Porém, tal caminho seguido pelas análises fundadoras da economia clássica lhe parece equivocado. A população seria uma representação abstrata demasiadamente genérica, indeterminada, constituindo uma visada falsamente homogênea do todo que a conforma. A divisão em classes, suas determinações e representações seriam demonstradas apenas em sua dimensão externa e particular. Identificar estas determinações seria o principal para uma análise correta e total destas relações. A partir deste ponto, Marx esboça a necessidade de prosseguir na análise crítica das formas pelas quais até então a economia se utilizou para designar a realidade.

Musto (2012) aponta o momento em que Marx registra o início de sua elaboração acerca do método adequado. É a partir das teorias formuladas pelos economistas do século XVIII que as categorias abstratas “começaram os sistemas

econômicos, que se elevaram do simples - como trabalho, divisão do trabalho, (...) -, até o Estado - a troca entre as nações e o mercado mundial.” Com base neste procedimento, que consiste em reproduzir o concreto através de determinações abstratas, o pensamento opera o movimento correto de reprodução intelectual da realidade, de forma que a partir deste ponto, caberia “dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas dessa vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações.” (MARX, 2011: 54)

Neste quesito, Musto (2012) nos deixa uma ressalva. Segundo o autor, “o fato de Marx ter definido o ‘método cientificamente correto’ não significa absolutamente que ele próprio o tenha empregado.” Ao contrário dos economistas clássicos, Marx negou que a reconstrução da realidade ao nível da abstração possibilitasse uma reprodução fiel desta realidade. O trabalho do conceito através da intuição gera o concreto pensado, que surge como síntese do pensamento, mas em hipótese alguma é a realidade. O método seria uma forma de conhecer segundo a máxima possibilidade extraída do entendimento da realidade, não a sua simples reprodução. Dominar o conhecimento acerca da realidade é o objetivo, considerado dentre as limitações do entendimento.

O esforço em estabelecer as diferenças necessárias em relação ao pensamento de Hegel deve-se ao uso deste mesmo pensamento para a elaboração do método. É exaustiva, embora considerada necessária, a contraposição constante que Marx estabelece entre sua forma de pensar e frente ao protagonismo hegeliano ali presente. O real, em Hegel, é resultado do pensamento, de modo que a produção da realidade é fruto da operação categorial, cujo produto é o mundo, não apenas pensado, mas constituído enquanto tal. Este procedimento do idealismo hegeliano não interessa a Marx, pois o seu objeto, o modo de produção capitalista, é um todo concreto pressuposto, já dado e, portanto, anterior ao pensamento. A lógica correta a ser aplicada se utiliza das categorias econômicas que surgem em relação a esta realidade, em hipótese alguma com ela confundindo-se:

A totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos. (...) O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comporta apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso também no método teórico, o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação. (MARX, 2011: 55)

Estabelecido os principais pressupostos estruturais, a posição da realidade, do concreto e da representação destes através do pensamento, coube a Marx inquirir se as categorias simples, resultado do movimento da produção, seriam anteriores àquelas representativas da dimensão concreta, o “ponto de partida efetivo.” A questão é desenvolvida através da análise da categoria trabalho, pois, se no processo de produção a moeda e outras determinações mais simples surgem como resultado, isto se daria pelo pressuposto da dimensão concreta pela qual se desenvolvem.

“De volta à história”

Na última seção da *Introdução à crítica da economia política*³⁴ Marx esboça um conjunto de pontos relativos à reflexão acerca da relação entre a produção material e a produção intelectual na sociedade moderna. Este ponto é composto por um conjunto de oito argumentos em torno deste tema, a serem tratados em sua obra. De caráter fragmentário e inacabado, esta seção traz considerações sobre a arte, pontualmente, “na relação desigual do desenvolvimento da produção material com, por exemplo, o desenvolvimento artístico.” (MARX, 2011: 62) Segundo Musto

34 “Produção. Meios de produção e relações de produção. Relações de produção e relações de intercâmbio. Formas de Estado e de consciência em relação às relações de produção e de intercâmbio. Relações jurídicas. Relações familiares.” (MARX, 2011).

(2012) ao contrário do que defenderia uma larga tradição do marxismo, Marx ressaltou que não haveria uma relação direta entre o desenvolvimento econômico-social e a produção artística. O exemplo máximo trazido por Marx a este texto refere-se à epopeia, enquanto paradigma das formas artísticas historicamente encontradas. A epopeia, por conseguinte, somente fora possível em um estágio inicial de desenvolvimento artístico, de forma que, bem como em outros exemplos no campo das artes, este desenvolvimento de uma não identidade entre as esferas de produção material e intelectual reflete o cuidado em estabelecer uma relação entre ambas.

A produção artística deve ser investigada em relação à produção econômica de acordo com as suas relações e condições materiais entre elas estabelecidas e mediadoras de determinações recíprocas. Marx se reforça em resguardar esta dimensão da realidade de um simples paralelismo, que resultaria na generalização segundo a qual toda a produção material determinaria toda a produção artístico-intelectual. Em Musto (2012) a importância das considerações sobre as artes e as demais manifestações artísticas na “Introdução”

Não reside nas soluções pouco elaboradas e às vezes pouco convincentes que elas oferecem, mas sim em seu enfoque antidogmático sobre como as formas de produção material se relacionam com o comportamento e as criações intelectuais. (MUSTO, 2012: 66)

A observação de que tais relações acontecem de forma desigual faria necessário expor uma análise que impedisse quaisquer considerações em vista a estabelecer uma falsa relação de uniformidade entre as duas esferas - material e intelectual - em caráter imediato. Salienta-se a necessidade da investigação histórica na análise das determinações de caráter material e intelectual que, forçosamente, aponta uma determinação do econômico sobre o artístico-intelectual, mas de forma que pouco interessaria apontar esta generalidade. Somente enquanto meio capaz de apontar os elementos mediatos e particulares que ensejam nestas determinações, a crítica poderia cumprir seu papel revelador. Tal é a preocupação de Marx que, neste

momento, reflete sobre as relações mais gerais do comportamento e do desdobramento destas realidades. No item seis da seção, intitulado “*A relação desigual do desenvolvimento da produção material com, por exemplo, o desenvolvimento artístico*” diz o autor:

Não conceber de modo algum o conceito de progresso na abstração habitual. (...) essa desproporção não é tão importante nem tão difícil de conceber quanto [a que ocorre] no interior das próprias relações prático-sociais. Por exemplo, a cultura [*bildung*]. (...) Mas o ponto verdadeiramente difícil de discutir aqui é o de como as relações de produção, como relações jurídicas, têm um desenvolvimento desigual. Em consequência disso, p.ex., a relação do direito privado romano (nem tanto o caso no direito penal e no direito público) com a produção moderna. (MARX, 2011: 62)

A motivação desta investigação é exposta no início do item. A constatação de que as características do trabalho assalariado são encontradas numa possível forma arcaica, nas antigas formações de exército, portanto, é um dado que nos permite caracterizá-lo a partir de um estágio social anterior à sua incidência determinante na sociedade burguesa. Daí o amparo para toda a discussão acerca do “desenvolvimento desigual” [*ungleiche Entwicklung*] entre as relações de produção e as relações jurídicas, do Direito Romano Privado até sua derivação do direito na sociedade burguesa. (MUSTO, 2012) A expressão da esfera intelectual nas artes, por fim, possibilita um conjunto de elementos historicamente defensáveis de como a consciência e seus resultados refletem uma relação de difícil mensuração com seu pressuposto imediato, o mundo concreto. Sobre a civilização grega antiga e seus produtos artísticos, postos pela tradição crítica em constante contraste com o desenvolvimento social de então, diz Marx: “Ao contrário, [tal contradição] é seu resultado e está indissolúvelmente ligado ao fato de que as condições sociais imaturas sob as quais nasceu, e somente das quais poderia nascer, não podem retornar jamais.” (MARX, 2011: 64).

4.2.1. Os pressupostos teóricos e factuais do concreto pensado

Podemos concluir que, na *Introdução à Crítica da Economia Política*, Karl Marx desenvolve uma análise da produção burguesa por ele tomada enquanto categoria econômica e corpo social. Nesta esteira, a categoria trabalho surge como instrumento de produção, configurando uma relação de mediação e reprodução da própria sociedade capitalista, num contexto no qual o capital “é a potência econômica [desta] sociedade burguesa” (MARX, 2011). Na sociedade europeia do séc. XIX Marx encontra na teoria dos economistas liberais a expressão da própria burguesia nascente que esboça sua teoria política e econômica em vista da legitimação de um determinado modelo econômico. O sistema de produção de mercadoria em escala industrial é então o elemento central da produção capitalista e tenderia, pois, a ramificar-se pelo mundo como forma predominante de produção. Vê-se que o intuito destes economicistas seria legitimar tal modelo como natural e inerente à própria história da humanidade. Marx, no entanto, aponta para as reais motivações econômicas do processo de individuação do homem na sociedade moderna, processo este encoberto nas análises econômicas do pensamento clássico. Procedeu à crítica do liberalismo no seu contexto econômico de livre-concorrência, gênese das contradições nas relações entre indivíduo e meio natural e, o que talvez seja seu maior crédito em relação à história, delimitou o espaço histórico desta economia.

Uma vez preciso o sistema econômico e seu lugar na história, Marx procede ao desenvolvimento da crítica da economia regente das relações concretas às quais se interessa. Em primeiro lugar, aponta que o desenvolvimento das relações sociais burguesas resulta na forma de segregação dos indivíduos de seus laços naturais de unidade comunitária ou societária verificadas em retrospecto à história. A partir de uma visada geral de sua obra, os elementos em particular da lógica das relações entre indivíduo, sociedade e natureza e da constituição do indivíduo enquanto potência de trabalho são os modelos conceituais sob os quais se desenrola em seguida esta análise. Encontramos sob estes arquétipos os desdobramentos das

premissas formuladas a partir da investigação de um modo preciso de o homem pôr-se no mundo e reproduzi-lo.

Se até meados do séc. XVII a relação entre indivíduo e sociedade revela um enlace simbiótico, no qual as ações humanas se encontravam em consonância com as atividades de toda sorte de poder central, a partir da sociedade burguesa do séc.XVIII o homem moderno estaria como sujeito histórico em permanente relação mediada com outrem. Neste cenário, o indivíduo em determinado grau de isolamento e num determinado grau de independência ao Estado encontraria nas relações sociais de produção os meios para sua própria sobrevivência. Aqui o homem mantém-se unido ao seu meio pelos laços sociais da produção industrial burguesa. Por produção geral, em continuidade àquilo que abordamos anteriormente, entenda-se a referência àquilo que há em comum a toda produção e em todas as épocas históricas nas quais a encontramos, ponderada na análise da produção atual (determinada) exatamente na medida em que nos fornece um quadro do desenvolvimento dos modos de produção *em geral* acumulados no tempo histórico, desvelando as novas configurações subjacentes à particularidade de sua forma vigente. Portanto, apenas como comparativo serve-nos a observação desta escalada da produção através dos tempos, de importância precisa na análise histórica da produção atual, artífice de suas próprias e inéditas contingências composta, ainda, pela totalidade das produções particulares. Desta forma, Marx estabelece o marco da crítica materialista em contraposição aos economistas liberais (Adam Smith, David Ricardo, Carey, etc) que buscavam encontrar no modelo *produção geral* as prerrogativas únicas e imutáveis para toda a sua concepção anacrônica de produção. Assim:

A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse Universal, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. (MARX, 2011: 41)

A concepção teórica dos economistas liberais perpassa por uma noção de história que remete os acontecimentos sociais à origem da própria sociedade, sob o signo do desenvolvimento linear de uma evolução humana, e não como resultado histórico das relações reais e mutáveis sob as quais a história se desenvolve. Estes economistas tomam as dinâmicas históricas da produção social (política, econômica, cultural) como expressão de um dinamismo evolucionário do desenvolvimento do homem e rebaixam tudo “conforme a natureza”. A crítica marxiana se dirige primeiramente a esta concepção de história, pretende resguardar de deturpações o fato de que as mudanças advindas se devem ao desenvolvimento de certas características da sociedade moderna na esfera política e econômica sendo, desta forma, resultado de contingências históricas, e não “culturais”, aqui, não no sentido antropológico do termo, mas frente à caracterização ahistórica proposta pela economia burguesa.

A produção vista de forma independente da história, como nas análises liberais, tangencia as formas de produção enquanto criação de relações sociais, condições sociais da produção que expressam suas constantes oscilações advindas - ou quando mesmo as revelam - da forma de existência das relações concretas dentro do modo de produção capitalista. A partir desta observação, Marx estabelece que a produção de mercadoria engloba todas as outras etapas pelas quais perpassa a mercadoria (Distribuição, Troca, Circulação e Consumo), como na produção que consome matéria prima, como abordamos no capítulo anterior. Da mesma forma, ainda, assim como o consumo acarreta produção, pois o produto não é apenas a objetivação da produção, coisa criada, mas está para a produção como objeto para o sujeito que o cria. Assim como a própria produção, em outros momentos, também cria necessidades em vista à realização de uma nova produção.

É importante insistir que nesta cadeia o consumo aparece como artífice da produção, que também cria o modo de consumo, ou seja, objetiva o produto e subjetiva o consumidor, cria sujeito para o objeto “e não só um objeto para o sujeito”. Seguindo o esboço de um esquema lógico, são as *relações de produção* que garantem o dinamismo do sistema produtor de mercadoria. Elas demonstram que a sociedade “não está pronta”, mas varia e se constitui a todo instante no movimento

de repor a si mesma tal sistema. A dinâmica da produção seria variável de acordo com as forças produtivas, necessidade da mercadoria e outras determinações encontradas na realização do modo de produção em questão. O que objetiva, ou seja, simboliza e forma o corpo material do objeto de mediação da troca é a moeda, que, por sua vez, impulsiona tais relações de produção, simboliza e submete a mercadoria ao valor. A “regra” trabalho-mercadoria-valor faz pensar, na sociedade capitalista, que a regra gera o ato de trabalho (caráter metafísico do valor) e não a necessidade de lucro (mais-valor) que impulsiona este sistema.

Tais análises são encontradas enquanto resultado do emprego do método da crítica da economia política que atua em contraposição às teorias econômicas do séc. XVIII e aos resultados do idealismo hegeliano. A essencial observação deste método explica-se por ser ele mesmo a base teórica da dialética empregada por Marx no domínio da economia política. Por esta linha expositiva observa-se, no plano da análise das relações de produção e das etapas pelas quais passam as mercadorias, que partindo do método da crítica da economia política segue-se que as determinações e relações diversas (abstratas) partem para o concreto pensado, considerado naquilo que lhe constituiu, portanto:

A totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos. (MARX, 2011: 55)

Em outras palavras, a investigação correta em vista à apreensão da realidade deve *partir* destas determinações e refleti-las em sua dimensão real.

Interessa-nos em princípio encontrar o papel da produção na composição das relações concretas nas quais o homem se repõe a todo instante, levando em conta a análise da produção em seus desdobramentos concretos, observando principalmente a assertiva de Marx que estabelece como determinante de toda produção o seu instrumento, “seja este instrumento apenas a mão”. O método

marxiano da crítica da economia política nos permite compreender a análise acerca deste instrumento de produção básico, o trabalho, pois, mais uma vez, para Marx, partir do concreto para o mais abstrato e elevar o conceito ao mais complexo constitui-se num procedimento cognitivo preocupado com o alcance do processo histórico real, ou seja, pensar a categoria trabalho e seus desdobramentos é uma via de compreensão do modo de produção dentro da totalidade das relações sociais produtivas.

O traçado do método

O reconhecimento da constituição da sociedade burguesa enquanto organização histórica, aglomerado dotado de historicidade em relação a sua produção, é um meio para compreender as relações de produção passadas em suas diversas formas, nela diluídas, esquecidas ou preservadas. O modo de produção capitalista determina a produção em particular, assim como o capital apresenta aspectos que escapam à simples definição capital-dinheiro. São os modos de produção que determinam as categorias econômicas, e não os modelos econômicos que determinam as práticas econômicas. Possuem, portanto, “lugar numa hierarquia no interior da sociedade burguesa” (MARX, 2011), estabelecendo laços de construção de relações sociais, mediadas pelo consumo, produção e circulação de mercadorias.

No cenário contemporâneo de desenvolvimento da atual sociedade burguesa, objeto de estudo de Marx da crítica da sociedade capitalista em suas diversas realizações, a categoria *trabalho* continua guardando diversas características que nos permitem distingui-la em meio a este novo tempo. O trabalho ainda surge como meio de produção e acumulação de capital frente às novas configurações pelas quais vem tomando forma ao longo do tempo, modificando-se em vários aspectos em relação à nascente sociedade moderna do séc. XVIII enquanto instrumento de uma determinada relação de produção cada vez mais abrangente e amorfa. Agora potencializadas as características de impessoalidade,

sob o signo do estranhamento e da homogeneização de suas formas já apontadas por Marx em tempos de pleno desenvolvimento da era industrial capitalista.

Uma análise do desenvolvimento do que correntemente chama-se de era tecnológica, possibilita apontar neste novo espaço, entretanto, aquelas características preliminares e sob as quais se desenvolve, por conseguinte, o trabalho na atualidade. Marx delimita uma concepção de trabalho baseada na observação da geração de riqueza através da objetivação da *força de trabalho*, como veremos em seguida. Para tanto, lança mão do método para identificar os momentos que o trabalho em geral se realiza na produção de mercadoria.

Se o trabalho continua sendo instrumento de produção alienado pelo homem nas relações de produção, atributo fenomênico do atual *constructo* social burguês, a análise de suas formas e o entendimento de seu conceito na obra de Karl Marx, configura-se como meio de entendimento das atuais formas pelas quais o homem produz - e reproduz - seu modo de vida e, em última análise, para a condição humana contemporânea frente a seu mais elementar instrumento de produção.

Partindo da discussão proposta na *Introdução* que inicia os apontamentos econômicos dos *Grundrisse*, que seguem uma escalada crítica culminante na obra “O capital”, inferimos que, preliminarmente, faz-se necessário compreender a análise marxiana acima descrita a partir da observação da categoria *trabalho* através do *Método da Crítica da Economia Política* empregado. Após esta investigação, tentaremos estabelecer a relação entre o método da economia política e o conceito de trabalho. A hipótese é que o método conforma o conceito.

4.3. A categoria trabalho

A guinada crítica de Marx enfrenta a economia burguesa clássica e esboça o desenvolvimento de uma categoria que, assim como o modo de produção, aparecia nos manuais de economia do séc. XIX imutável e estabelecida, qual seja, a *categoria trabalho*. Tomando a produção como um tipo de corpo social, criadora, e mesmo parte das atividades de uma totalidade social, Marx aponta o trabalho como

o instrumento essencial de toda produção, produtor de subjetividade e gerador de riquezas.

Segundo a crítica da economia política, o que perfaz as condições de existência do trabalho é a dialética entre forças produtivas e relações sociais de produção - compra e venda da capacidade de trabalho -, o homem e a ação de sua força produtiva dentro de determinada relação de consumo. Nesta, o trabalho figura como mais uma mercadoria utilizada na produção de mais mercadorias de consumo, inserido em relações de produção particulares. No entanto, tais conclusões partem de determinados pressupostos analíticos.

As particularidades das produções individuais são expressões das determinações que as articulam como um todo que referencia o *modo de produção capitalista*. Dentre estas determinações, o trabalho surge como pressuposição fundamental do sistema produtivo, encerrando sua possibilidade e sua finalidade, pois ao fim, o produto torna-se consumo para o produtor. Desta forma:

Nenhuma produção é possível sem trabalho passado, acumulado, mesmo sendo este trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido. O capital, entre outras coisas, é também instrumento de produção, também trabalho passado objetivado [*objektivierte*]. (MARX, 2011: 41)

Neste momento³⁵, o trabalho surge enquanto categoria histórica, pois guarda em sua efetividade seus modos de realização anteriores, desde sua utilização mediada mais arcaica até a realização mais complexa dentre os ramos de produção atuais. E, ainda, figura como mais um elemento na produção frente, então, ao capital. Ainda neste período do texto, Marx aponta mais uma vez o ponto de inflexão de sua crítica em relação à economia clássica. Continua:

Logo, o capital é uma relação natural, universal (...), quando deixo de fora justamente o específico, o que faz do “instrumento de

35 Introdução à crítica da Economia Política (MARX, 2011).

produção”, “do trabalho acumulado”, capital. Por essa razão, toda a história das relações de produção aparece em Carey, por exemplo, como uma maliciosa falsificação provocada pelos governos. (Idem)

A economia política clássica não concebia o trabalho enquanto relação histórica, bem como o capital, pois não se detera em suas “determinações mais simples”. Logo, trabalho e capital apresentam, nesta concepção, uma relação de continuidade e evolução estrutural mediada por suas próprias relações positivas, a produção, o lucro, a crise tangenciada pela própria produção, etc. A crítica de Marx, entretanto, aponta exatamente a diferença pois na oposição entre as duas categorias, trabalho e capital. Nelas residem as determinações reais das quais o desenvolvimento de sua investigação necessita partir.

Pressupostos teóricos da análise da categoria trabalho

Após estabelecer a importância e a função da produção no sistema econômico moderno, Marx passa a investigar, portanto, o pressuposto imediato desta, a categoria trabalho. Em prosseguimento à elaboração da crítica da economia política, analisa as concepções e teorias clássicas no âmbito da economia acerca do trabalho, enquanto categoria fundamental da produção e complexidade de função.

A desconfiança frente à harmônica concepção dos economistas clássicos do século XIX, cuja expressão maior fora deixada do princípio da *mão invisível* alardeado por Adam Smith, conforme abordamos endossara o interesse de Marx pelos estudos destes teóricos. Imperava entre a teoria clássica a concepção da economia em geral, na qual as particularidades da produção e da distribuição em descompasso se compensariam em etapas como na circulação, evitando-se assim o excesso de produção e as crises (GRESPLAN, 2012)

Na seção da *Introdução à crítica da economia política* dedica à questão do método, Marx delimitou o seu ponto de partida teórico em vista à elaboração de sua crítica. Nascida no berço da tradição liberal-revolucionária do século XVII, na

economia política clássica “O trabalho parece uma categoria muito simples”³⁶, apontado através da representação “trabalho em geral”. Assim como na questão da produção, a representação “*em geral*” serve como ponto determinado da análise, possibilitando sua reconstituição histórica como a designação de um amontoado de formas particulares – de trabalho. Porém, a crítica que se segue à análise por ele desenvolvida trata da reconstituição conceitual, no “curso do pensamento abstrato”, destas formas particulares.

Tal representação do trabalho em geral, apesar de antiga, enquanto categoria concebida no escopo econômico se mostra atual frente às determinações que pressupõe³⁷. De forma que fora um avanço no entendimento das relações comerciais e econômicas a concepção que apontou “a fonte da riqueza” na atividade subjetiva “o trabalho manufatureiro e comercial”. O sistema manufatureiro ou comercial deslocara o ponto de partida para a constituição da riqueza alocada no trabalho, porém, tomado enquanto mero mecanismo de mediação para a obtenção de dinheiro. A concepção avançada pelos fisiocratas que, através da observação da produção na agricultura admitia “uma forma determinada de trabalho” como criadora de riqueza, o manejo e cultivo da terra, acrescia às concepções econômicas a ideia do trabalho gerador de riqueza *em geral*, não enquanto mero produtor de dinheiro, mas, determinado em sua forma de “produto da agricultura, produto da terra ‘por excelência’”.

Fora, porém, com Adam Smith que a concepção de trabalho avançou ainda mais no caminho de um entendimento correto de sua natureza e lugar na economia produtiva. O economista liberal Adam Smith conseguiu “descartar toda determinabilidade da atividade criadora de riqueza” ao conceber o trabalho, exatamente, como trabalho em geral, livre de suas determinações particulares ligadas às suas formas de apresentação, mas como expressão da “universalidade abstrata da atividade criadora de riqueza”:

36 MARX, Karl. *Grundrisse*, 2011, p. 54-59.

37 “O sistema monetário, por exemplo, põe a riqueza ainda muito objetivamente como coisa fora de si no dinheiro.” (MARX, 2011: 57)

(...) trabalho simplesmente, nem trabalho manufatureiro, nem comercial, nem agrícola, mas tanto um como os outros. (...) tem-se agora igualmente a universalidade do objeto determinado como riqueza, o produto em geral, ou ainda o trabalho em geral, mas como trabalho passado, objetivado. (Ibidem: 57)

Tal o “erro” apontado por Marx na teoria de Smith, que “ainda recai ocasionalmente no sistema fisiocrata.” De forma que a sua contribuição é válida apenas de um ponto de vista determinado. A concepção do trabalho em geral permite ainda mais avanços em vista à compreensão desta categoria, pois, do entendimento do trabalho a partir da sua concepção “mais simples e mais antiga em que os seres humanos aparecem como produtores”, Marx apontara a necessidade de reconhecer e compreender as particularidades que formam este todo, quais sejam, as formas particulares e efetivas de trabalho. Conquanto, esta indiferença de parte da economia clássica frente às formas de trabalho determinadas, diz Marx:

(...) corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo determinado do trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente. Nesse caso, o trabalho deveio, não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade. (ibidem: 57-58)

A visada de Adam Smith acerca do trabalho que não se detém sobre suas diferentes formas de realização em particular, resulta da própria forma pela qual o trabalho é desenvolvido na sociedade burguesa. E quanto mais desenvolvida for a expressão particular da sociedade moderna, mais abstrata se torna a categoria trabalho em geral. Marx cita o exemplo dos Estados Unidos, pois à época, neste

país, “a abstração da categoria ‘trabalho’, ‘trabalho em geral’, trabalho puro e simples, o ponto de partida da economia moderna, devem verdadeira na prática³⁸.”

A economia política clássica difundira a concepção estruturante de um sistema econômico que encerrava sua positividade na potência criada pela sociedade burguesa, consistente em distribuir e controlar adequadamente os recursos encontrados nos diversos ramos da produção social através da via da distribuição e do intercâmbio das mercadorias. As relações sociais de produção desencadeariam um antagonismo social constante, pois, ao tempo em que as especialidades criadas no sistema produtivo dotavam os indivíduos de uma determinada autonomia no ramo da produção, na esfera do consumo a mesma produção especializada causara uma dependência estremada entre os indivíduos encerrados em suas produções particulares, ou seja, o resultado do sistema produtivo, a produção de mercadorias, criara uma interdependência desses ramos particulares. Ao tempo em que, enquanto fenômeno esse processo resvalava uma face integradora, pois a dependência criada pelas particularidades forçara um intercâmbio cada vez mais complexo entre os produtores. Como resultado deste processo, a detenção das produções em particular dotara os indivíduos do poder de intercambiar através dos mecanismos especulativos do capital.

A velha barganha se constituía num mecanismo de extrema complexidade em meio ao sistema de troca. Deste caráter particular consistira o poder encerrado particularmente entre os diversos ramos de produção, de forma que a vantagem-desvantagem do ponto de vista econômico substituía a necessidade real da posse e circulação das mercadorias. (GRESPLAN, 2012) Esta interdependência se realiza, pois, na forma mediadora com qual o capital se estabelece entre as relações de troca nos ramos de produção³⁹.

38 *Ibidem*, p.58.

39 “Como enfatiza Giannotti (*Origens da dialética do trabalho*, São Paulo: Difel, 1966, p. 208-209), não são simplesmente os carecimentos individuais e a divisão do trabalho que instituem a troca para Marx, e sim a propriedade privada, que faz dos produtores individuais possuidores de mercadorias, porque dá a seu trabalho o caráter ‘privado’.” (GRESPLAN, 2012: 45)

Marx chega à constatação de que tal estrutura abstrata representativa do trabalho encontra-se ainda mais desenvolvida e em plena realização na atual sociedade moderna. Esta representação pode designar e referir-se à história das formas de desenvolvimento do trabalho ao longo do tempo, desde épocas passadas e em “todas as formas de sociedade”. E, mesmo se tratando de uma concepção do pensamento, ainda que mais abstrata, “na determinabilidade dessa própria abstração, são [tais categorias abstratas] igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas.” Marx concebe, assim, a ideia de que é no resultado de toda a história da produção material humana, na sua expressão última – a sociedade moderna – que encontramos toda a história e modos desta produção acumulados e aperfeiçoados de acordo com as determinações históricas impostas longo do tempo.

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas (...) (Ibidem: 58)

O resultado desta investigação permitirá a Marx aperfeiçoar e dotar seu método da crítica da economia política dos pressupostos teóricos necessários ao estabelecimento da estrutura categorial necessária a capturar a realidade da forma mais adequada à sua verdadeira compreensão. A estrutura analítica desencadeada das constatações mais desenvolvidas da economia clássica permitira a Marx compreender que tais teorias refletiam as relações de produção tal qual se realizavam á todo vapor na sociedade capitalista. Tomar esta realização - ou seja, partir do concreto - das relações e de seus resultados imediatos, seria necessário para restabelecer através da análise, do exercício da abstração, as mediações que constituem esta realidade, mas que, devido ao desenvolvimento vertiginoso desta, se perdem ao tempo em que se efetivam.

4.4. O conceito de 'abstrato' na *Introdução de 1857*

Deteremo-nos, aqui, na análise do conceito designado pelo termo 'abstrato', que possui a função específica de meio de conhecimento da realidade concreta no sistema do materialismo filosófico desenvolvido por Marx. Para tanto, analisamos como se forma este conceito através de um método específico que pretende incidir/aplicar-se sobre a realidade. As categorias do real/concreto são compreendidas como totalidades dos processos de produção/reprodução do mundo concreto. Tais processos se conectam por relações que seguem determinações observáveis pelo procedimento lógico-dialético. Enquanto aplicação do método da economia política, o materialismo filosófico completa por fim os mecanismos do procedimento analítico empregado apontando as determinações essenciais destas relações.

O panorama constitutivo desta realidade, como vimos, é o atual estágio de desenvolvimento das condições materiais pelas quais o homem se mantém no mundo e reproduz determinada forma de produção em constante contradição com a natureza. O homem objetiva-se sob um modo de produção preciso, de maneira a externar e ao mesmo tempo (con)formar sua subjetividade. É a dialética entre os conceitos de abstrato e concreto que possibilita à investigação e à crítica esboçadas por Marx segundo o método da economia política os mecanismos necessários ao trabalho da razão no entendimento desse conjunto de relações.

A questão do método no projeto crítico de Marx extrapola o nível da incidência mínima deste modo de sistematização conceitual em um projeto filosófico – o método enquanto sistema de investigação e elaboração científica. Ele constitui o suporte para aquilo que Marx inova no panorama da filosofia ocidental em pleno século do Idealismo Alemão⁴⁰.

⁴⁰ O Idealismo e a Lógica Formal na filosofia formavam o 'espírito do tempo' do cientificismo do séc. XIX. Tais formas de pensar então ramificam-se por diversas áreas da esfera pública, e do senso comum em geral ao domínio da filosofia, vê-se a dificuldade de compreensão de um modo materialista de análise e, todavia, da filosofia e do método elaborados por Marx.

Marx empreende um processo analítico sob a base segura da lógica dialética. Este processo elege o materialismo como base filosófica junto à lógica dialética em todo seu percurso crítico-filosófico. Lógica dialética que consiste no método de análise de um objeto específico, a economia política burguesa. Este método será o aporte da investigação e análise de um dado movimento do homem em sociedade num dado momento histórico que então se configurara⁴¹. Através da lógica dialética⁴², o sistema marxiano também expõe as questões derivadas da análise desta nova forma do homem pôr-se no mundo e reproduzir tal forma de vida.

As mútuas inadequações encontradas na relação cultural indivíduo-natureza na realidade concreta que enseja as relações sociais são a chave para o entendimento das contradições da superestrutura do mundo burguês. As contradições elementares que pautam o sistema produtivo determinado pelo capital consistem no espaço no qual os conceitos empreendidos pela crítica marxiana se desenvolver sobre as categorias econômicas da economia política. No método da crítica da economia política estas contradições são detectadas e passíveis de análise à medida que são resultado do emprego da razão enquanto lógica do entendimento. Razão que atua segundo uma lógica que pretende abarcar o máximo possível da totalidade através do método da crítica da economia política e incide, finalmente, sobre o entendimento daquele objeto específico, as relações materiais da sociedade burguesa, junto à dialética, que é o desenvolvimento deste entendimento.

Para a crítica constitutiva desta análise atuam o movimento do entendimento que gera a razão⁴³ e a lógica como suporte metodológico que permite a escolha e verificação da validade das estruturas de pensamento (abstrações). Unem-se como método com uma função específica: enquanto mecanismo que visa mostrar as

41 São as relações materiais da vida que determinam, em último grau, a *generalidade* das relações jurídicas e formas políticas do Estado. Desta maneira, a gênese da constituição da sociedade burguesa será encontrada na economia política.

42 “A lógica dialética é um mecanismo para mostrar as contradições imanentes a esta totalidade [sociedade burguesa]”. (OLIVEIRA, 2004).

43 Razão, aqui, aplica-se como lógica fundada na empiria da forma de entendimento da realidade.

contradições imanentes ao ordenamento da economia política e, antes, ao modo de produção capitalista.

O principal objetivo de Marx nas páginas iniciais da “Introdução” é, portanto, afirmar a especificidade histórica do modo de produção capitalista, demonstrar, como ele voltaria a afirmar no volume III de *O capital*, que “ ele não é um modo de produção absoluto”, mas “meramente histórico, transitório.” (MUSTO, 2012: 54)

Dentre os conceitos empregados nesta investigação filosófica os termos ‘concreto’ e ‘abstrato’, importados por Marx da filosofia hegeliana são fundamentais para o movimento que o autor realiza na reconstituição crítica das relações de trabalho sob a ordem capitalista. Porém, no método crítico empreendido⁴⁴ tais conceitos exercem funções diversas e possuem significados precisos. São instrumentos do entendimento do real enquanto representações que tornam possível identificar a essência dos objetos analisados, bem como suas determinações.

O método da crítica da economia política seria uma “sistematização do processo de elaboração teórica na economia política, através da aplicação dos princípios da concepção filosófica materialista geral” (GERMER, 2010). Tal método crítico introduzido à economia política consiste em utilizar-se de princípios filosóficos gerais em um conhecimento - ciência - particular, de modo a expô-lo como justificação e fundamento do método da economia em vias de investigação.

Segundo Müller (1982), o conceito de exposição é um dos elementos constitutivos ou dimensões da dialética como método. Consiste na “explicação racional imanente do próprio objeto”, explicação esta que comporta essencialmente o que fora compreendido da investigação do objeto analítico. Para tanto, investigação e sua etapa consequente, a exposição requerem a precisão do conceito, este, que mantém em seu próprio movimento da apreensão do real.

44 “O método [da crítica da economia política] nada mais é do que a forma do auto movimento do conteúdo enquanto ela [sua forma] tem consciência de si.” (MÜLLER, 1982).

A dialética entre o método de investigação e o método de exposição consiste em demonstrar a realidade (movimento dinâmico da evolução social) em sua complexa totalidade formada por variadas relações e determinações. Em outras palavras, a função do método de pesquisa aplicado à economia ⁴⁵ perfaz um procedimento de apreensão do real (abstrato) que parte do concreto aparente. Tal o processo analítico que consiste no método de investigação da crítica à economia política: O real/concreto é inteligido por intuições mediante representações do pensamento que são o conjunto de ideias e entendimentos comuns formadores das representações sociais. Tomado este ponto de partida, segue-se à elaboração de conceitos abstratos aplicados ao entendimento desta estrutura, até chegar a determinações mais simples - propriamente, o método de crítica da economia política - que a configuram em sua essência.

Em outro momento da pesquisa, o método de exposição refaz aquele caminho ao inverso. Para demonstrar adequadamente o que subjaz à realidade, Marx entende ser necessário expor em primeiro lugar o que determina e está na gênese do objeto para em seguida mostrá-lo na sua forma aparente. Neste momento pretende-se encontrar o concreto já acompanhado dos elementos constitutivos essenciais, antes velados pela aparência da incompreensibilidade dos objetos da produção capitalista, que consiste numa função das mercadorias (alienação / produção de mais valor). Espera-se que o objeto de análise surja: “não como uma representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações.” (MARX, 1977)

Este será o método cientificamente ‘correto’ apontado pelo filósofo para a análise do processo de conhecimento da sociedade burguesa, antes disso, da economia política. Pois:

o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como

45 A gênese das relações da sociedade civil consiste na estrutura da distribuição e da teia de relações materiais, estas, formadas no plano econômico da sociedade burguesa.

resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (MARX, 2011: 54)

Aquelas intuições e representações do entendimento comum, este último pautado no aparente, são antes formadas pelo concreto enquanto síntese de múltiplas determinações. Ou seja, o método de pesquisa aplicado requer que antes de observar um fenômeno social é necessário pressupor que este já consiste na síntese dos diversos elementos que o formam. A função do conceito de 'abstrato' é requerida no trabalho de desvelar do real o que se mostra simples e inteligível no seu surgimento caótico, em seguida extrair suas partes essenciais nem sempre imediatas e apontar os momentos essenciais da totalidade que o conforma.

Um “Conceito”

Seguindo a análise do método desenvolvido por Marx, a configuração epistêmica do conceito designado pelo termo 'abstrato' pode ser tomada como momento essencial do edifício teórico erigido para tal empreitada crítica. Interessamos neste momento compreender como Marx concebe o termo 'abstrato' enquanto conceito paradigmático para toda a produção lógico-epistêmica do projeto crítico formulado.

A compreensão de como Marx elabora um conceito é observada nas formulações acerca do Método na *Introdução* de 1857. Já sabendo que, para tanto, concerne em uma função no método da crítica da economia, resta-nos observar a construção conceitual do abstrato então elegido como objeto deste método de conhecimento. Metodologicamente, configura um termo universal aplicado como conceito em vista a cumprir a função de mecanismo do método da abstração, o qual, por sua vez, consiste em extrair ou remover da realidade perceptível uma parte ou aspecto específico, quais sejam, as determinações que encadeiam a reprodução dos atos que formam a produção burguesa. Sinteticamente, abstrato implica no conjunto

de representações várias criadas pelo entendimento que se apreende do real. Este seria pois o sentido preciso em que Marx utiliza o termo.

O *abstrato* possui uma função específica para a exposição / crítica do modo de produção capitalista no método elencado: apontar, em princípio, como uma realidade objetiva é representada no modo de pensar. Extrai deste último as características essenciais que mantém um elo entre um objeto (concretude) e a totalidade (o todo concreto). Configurando-se este resultado o conjunto das determinações essenciais do modo de produção do sistema capitalista, objeto, por sua vez, da crítica da economia política.

A dinâmica própria do conceito de abstrato é constituída por determinações que correspondem às origens e impulsos de um movimento real dinâmico. Sabemos que 'abstrato' está em relação direta com o termo conceitual designado por 'concreto', enquanto mecanismo do conhecimento⁴⁶. O conhecimento, no momento de exposição, é 'concreto', cuja função implica apreender da realidade essencial as abstrações que correspondem às formas de percepção do real. O recurso ao 'abstrato' no método empregado, portanto, está em relação com a maneira própria de o homem elaborar uma intuição acerca de determinado objeto.

Vimos que o ponto de partida da investigação analítica em questão é o todo concreto real. Este é inteligido pela atividade das abstrações, que são ao mesmo tempo mediações para a formulação do entendimento das articulações do concreto e intuições que possibilitam conhecê-lo. Ainda, que a finalidade desse processo de investigação é o todo concreto então abarcado por uma lógica imanente que revela sua essência, momento da exposição do concreto pensado. A dinâmica compreendida pela relação entre aquilo que se designa por concreto e a abstração do seu conhecimento sintetiza o processo de conhecimento aplicado por Marx ao entendimento da realidade.

46 Podemos inferir que o conhecimento consiste na reprodução do concreto. Tal premissa satisfaz o método de apreensão de um objeto de estudo como um conjunto de elementos relacionados entre si dinamicamente e em constante transformação.

Concreto pensado e concreto real

Marx demonstra ter claro que as ideias, como construções/elaborações mentais, são passíveis de erros e, em todo caso, não são *o real*. Assim, dadas as limitações dos processos de conhecimento do ser humano, resta-nos ter clara esta distinção. Nossas conclusões acerca do real são produtos do pensamento, embora, no método materialista, não sejam pretensas ideações do real em vista a conclusões metafísicas da realidade. Objetivamente, tais conclusões fazem parte do processo de apreensão e elaboração da investigação (conhecimento) do real em sua máxima (possível) apreensão pelos sentidos⁴⁷.

Para uma correta compreensão do conceito 'abstrato' surge a necessária distinção dos elementos que formam o 'concreto', seu correlato. Segundo Marx, o concreto possui duas categorias compreendidas pelos termos *concreto pensado* e *concreto real*. O primeiro é o resultado do exercício da abstração, exercício este mediado pelo entendimento do objeto do processo de análise através das intuições e representações do pensamento, compreende a *exposição* da análise. Resulta, pois na aplicação da razão no entendimento lógico da totalidade. É a síntese das elaborações do entendimento do todo composto pelas relações e determinações desveladas pelo procedimento investigativo analítico. O concreto real é o pressuposto máximo e corresponde à etapa anterior, a da *investigação* analítica segundo a metodologia de conhecimento empregada no método. É a própria realidade determinada sob a qual o método é aplicado.

Visto como o conceito surge, desenvolve-se e qual lugar e função ocupa no processo analítico compreendido pelo método da crítica da economia política esboçada por Marx, resta investigar a categoria trabalho. O conceito de 'abstrato', apreendido da tradição idealista e reconfigurado no sistema do materialismo filosófico assume, portanto, a identidade de um termo designador de todo processo

47 Mas este reflexo não é entendido por Marx como uma relação sujeito-objeto de tipo individual e contemplativo, nem é uma relação linear contínua, que se inicia com a sensação e termina com o conhecimento. É um processo de repetição contínua, que integra o processo contínuo de intercâmbio do ser humano com a natureza através do trabalho, que constitui a produção material. (GERMER, 2010).

de entendimento da realidade perseguida pela lógica dialética. Sua função na crítica possibilita compreender a complexidade dos temas e sistemas filosóficos em desenvolvimento.

4.5. A *Introdução à crítica da economia política* e os *Manuscritos de 1861-1863*

Partimos para a análise comparativa do método da economia política esboçado em dois momentos, nos escritos de 1857¹ e 1861², na tentativa de antecipar a forma segundo a qual o trabalho, enquanto mercadoria, funciona na produção de mais-valor. Interessa-nos, enfim, compreender como Marx desenvolveu a questão do excedente, esboçada na *Introdução à crítica da economia política* na forma que resulta na premissa segundo a qual o trabalho é mais uma mercadoria dentro do sistema de produção capitalista. Mais ainda; antes mesmo de antecipar resultados, procuramos constituir uma análise da sua *forma* enquanto produtor de excedente.

Nestes textos tomam forma a categoria trabalho e seus desdobramentos conceituais: trabalho concreto, trabalho em geral e trabalho abstrato; formam os modos de desenvolvimento e geração de riqueza da força de trabalho na sociedade capitalista. Partindo do princípio segundo o qual se efetiva a força de trabalho no processo de produção das mercadorias, Marx segue a análise dos modos de produção apontando as formas que o ato de trabalho assume na composição do sistema produtivo. Mercadorias as quais, por sua vez, objetivam esta potência de trabalho.

Na produção de mercadorias realizada no sistema capitalista, da simples ação produtora efetivada pelo homem despontam formas diversas que conformam o ato de trabalho, a saber: o ato concreto, pelo qual o agente despõe sua força física para realizar a produção; a forma como este trabalho individual compõe a totalidade dos trabalhos realizados numa sociedade e, por fim, como este trabalho é mensurado e dele extrai-se o equivalente - valor - de sua realização. Compreender

este movimento da categoria trabalho requer saber como estes momentos do trabalho compõem uma totalidade na qual atuam dialeticamente na produção de valor, composição dialética que *aparece* para a sociedade como uma relação abstrata de criação de - mercadoria - valor. Seria como se a regra geral efetivasse o ato de trabalho, constituindo assim o caráter metafísico do valor que se apresenta na forma societária capitalista. A questão esboçada por Marx no método da *Introdução* de 1857 parece partir da seguinte questão: qual o papel do trabalho na realização do mais-valor encontrado no fim do processo de produção?

Partindo da *Introdução à crítica da economia política* na tarefa da análise da categoria trabalho, sob as reflexões do método da economia política que nela encontramos, objetivamos buscar o desenvolvimento do excedente quantitativo designado por mais-valor. Este último é o objeto central da pesquisa desenvolvida nos *Manuscritos de 1861-63* ao qual recorreremos neste momento. Na tipologia criada por Marx para demarcar as etapas de desdobramento do trabalho atuante no modo de produção capitalista, o trabalho concreto e o trabalho abstrato são momentos da produção total deste excedente.

Mais uma vez a questão do Método

No método de exposição e análise da crítica da economia política, Marx esboça as categorias que compõem tal sistema como formas de pensamento que induzem a raciocínios práticos com a finalidade de mensurar a parcela da riqueza social à qual correspondem. As categorias marxistas tentam captar, desta maneira, as formas de pensamento (juízos práticos que demarcam as formas da sociabilidade capitalista) pelas quais os agentes atuam. Assim, tais categorias são “explicativas e reguladoras do movimento do capital como salário, renda da terra, lucro, juro e outros conceitos intermediários.” (GIANNOTTI, 2009).

A mensuração da parcela da *riqueza social* cria “padrões de identidade (capital constante, capital variável), cuja contradição chama por uma solução promovendo uma identidade superior.” Tal identidade superior configura a síntese

das etapas crítica e expositiva dos elementos concretos que formam o *modo de produção capitalista*.

Na investigação empreendida por Marx é demarcada constantemente a forma pela qual o sistema produtor de mercadoria atual. Demarcar as *relações de produção*, como vimos, garante a possibilidade de empreender uma análise segura acerca da dinâmica histórica dos atos de produção repostos e variáveis a todo instante. Variações estas de acordo com as forças produtivas, necessidade da mercadoria e outras determinações encontradas na realização deste modo de produção. Na realização do excedente nas formas valor, moeda, através da mercadoria, o trabalho é mais um objeto de troca submetido às regras da mercadoria.

Nesse caso, o trabalho deveio, não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a produção de riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade. (MARX, 2011:58)

A real função da mercadoria, enquanto acúmulo que gera consumo é encoberta pela regra que lhe expõe como meio de satisfação de necessidades reais. Sua motivação é a criação de falsas necessidades (fetiches), de modo que o trabalho gera não só a riqueza na forma de valor imediato, mas produz a subjetividade que, pelo artifício do fetiche, por sua vez, induz o - mais - consumo. O método lógico de análise das categorias que formam o sistema do capital permite realizar a desmistificação de suas relações. Isto é possível através do resultado (exposição) do desvelamento das reais condições que impulsionam a *sociedade mercantil* que torna valor a mercadoria e seu modo de produção, sob a forma diversa de como a mercadoria aparece enquanto fenômeno social.

Nesta sequência, o trabalho segue como mercadoria a ser objeto de exploração mediada nas relações entre forças produtivas e relações sociais de produção na forma da compra e venda da capacidade de trabalho.

4.6. O ato de trabalho – condição de existência no modo de produção capitalista

Por *trabalho* Marx se refere, portanto, à atividade geradora de riqueza exercida como “atividade subjetiva” pela *força de trabalho*. No método da economia política de tal pressuposto segue a análise do trabalho concreto em direção ao *trabalho abstrato*, síntese do “trabalho passado, objetivado”, o *trabalho efetivo*. Trabalho efetivo, pois, considerado na abstração *trabalho*, a ideia de trabalho, ou seja, a totalidade das relações sociais geradoras de riqueza, o que é diferente de trabalho determinado (industrial, comercial, agrícola) já que só a análise das condições concretas e do desenvolvimento do trabalho no tempo histórico nos permite apontar qual a sua configuração. Deste ponto se procede à busca de sua essência. É determinante neste processo a dinâmica na qual o trabalho perde qualquer correspondência com o indivíduo, concentrando-se na prerrogativa da produção de riqueza em geral.

A relação capitalista só pode existir dentro das relações sociais de produção e das forças produtivas, que configuram um determinado estágio histórico do desenvolvimento econômico da sociedade, pois, a força de trabalho – mercadoria – só é encontrada no interior da circulação, no mercado. (MARX, 2010: 51)

Seguindo a análise do desenvolvimento histórico da categoria trabalho em vistas à sua efetivação como ação produtiva, identificamos seu incremento num espaço no qual o possuidor da potência de trabalho vende sua força de trabalho por não encontrar as “condições objetivas para a objetivação da sua capacidade de trabalho” disponíveis para seu livre desenvolvimento. De modo que nas relações sociais de produção tais condições objetivas se encontram em posse de outra instância que não no domínio do trabalhador.

Neste espaço, o modo de produção reserva ao trabalhador unicamente a possibilidade de venda de sua força de trabalho, a única abertura possível para sua inserção na dinâmica produtiva social:

O trabalhador mesmo é a mera possibilidade de trabalhar, presente e encerrada em sua corporeidade viva, uma possibilidade que, entretanto, é absolutamente separada de todas as condições objetivas de sua realização, portanto, de sua própria realização, e que existe em oposição autônoma a elas, delas despojadas. (Ibidem: 52)

A simples capacidade de trabalho que não encontra os meios de trabalho e condições de existência “é, portanto, pobreza absoluta. E o trabalhador possui sua aptidão (possibilidade) encerrada em sua própria subjetividade.”

A efetivação do trabalho gera valor, ou seja, gera a forma valor que corresponde à objetivação da atividade realizada. Tal trabalho objetivado segue a dinâmica da conservação do valor anterior e a produção de mais-valor sobre a mesma relação de produção. Pois, no mercado capitalista, a força de trabalho é encontrada à venda para aquele que possua capital anterior e nela o objetivo, bem como possua os meios de produção que são os mecanismos para que ela possa gerar valor sob um *quantum* determinado, independente do valor que gere sua ação de trabalho. Desta maneira, o agente realiza a produção de mais-valor a partir de sua objetivação na mercadoria produzida.

A economia política, tomando o trabalho como fonte da riqueza, também proclama a necessidade da pobreza absoluta do trabalhador – uma pobreza que significa precisamente que sua capacidade de trabalho permaneça como a única mercadoria que ele tem para vender, que ele, como simples capacidade de trabalho, confronte-se com a riqueza objetiva real. Essa contradição se dá porque o valor, apareça ele na forma da mercadoria ou do dinheiro, confronta-se com a capacidade de trabalho como tal como quem se confronta com uma mercadoria particular. (Ibidem: 50)

Marx aponta estas contradições - a produção de mercadoria pelo produtor que gera valor alienada de seu trabalho- como um conjunto de *oposições abstratas*, pois que fruto da análise do *método* sobre as relações efetivas de produção, com validade objetiva nas relações concretas de trabalho.

Em meio a estas contradições o valor existe para o capitalista enquanto fruto do trabalho comprado objetivado e a riqueza aparece de forma abstrata em qualquer mercadoria particular. Já o trabalhador toma o *trabalho em geral*, as realizações produtivas das forças de trabalho atuantes num determinado mercado, como personificação geral da capacidade de trabalho, independente de qual for o tipo de trabalho particular real comprado pelo capital. Desta maneira o trabalhador não consegue identificar as dimensões particulares dos atos de trabalho em vista de suas específicas produções de riqueza, pois o desenvolvimento acelerado destas relações de trabalho no mercado capitalista naturaliza a força de trabalho como mercadoria, à moda da economia política clássica criticada por Marx em seu tempo. (MARX, 1978)

Na economia burguesa perde-se de vista o “valor que se autovaloriza (trabalho objetivado)” frente à “capacidade de trabalho viva”, que produz este mais-valor e se objetiva na mercadoria que o simboliza e o vincula ao valor.

Trabalho abstrato

Segundo Giannotti (2009), uma das questões centrais de *O Capital* é “como o trabalho abstrato pode ser tomado como padrão de medida de ações realizadas efetivamente pelos agentes?” Nos manuscritos aqui analisados tentamos percorrer o caminho que levou Marx a chegar a esta indagação, tomando como ponto de partida os desdobramentos da categoria trabalho dentro do modo de produção capitalista.

Resultado do desenvolvimento tecnológico da sociedade industrial da era moderna, o trabalho abstrato se perfaz nas relações sociais de produção mercantil. É resultado, ainda, do ato de produção que realiza uma troca de mercadorias, de maneira que opera, a partir dessa troca, a reposição da abstração.

O trabalho abstrato é produzido pela/na forma mercadoria através da qual é expresso como valor, de maneira que sua medida, o trabalho, é vinculada unicamente à satisfação do sistema produção-troca-circulação da mercadoria. Tomando a mercadoria como parâmetro, e não o trabalho real que o produz, o que se afixa é o *tempo* de produção, ou seja, a quantidade de mercadoria produzida que virá a tornar-se valor. Quanto mais mercadoria, mais valor. Tal cadeia produtiva repõe o *trabalho abstrato* a todo o momento em que se produz no sistema do capital. Desta maneira, o trabalho abstrato é a medida das ações dos próprios agentes.

A diversidade das formas do trabalho é anulada no pensamento dos agentes, que não tomam como parâmetro sua força de trabalho na produção de valor, mas sim o *quantum* da mercadoria. O que significa o não reconhecimento dos atos de trabalho anteriores à consciência que se dá no ato de trabalho atual, consciência esta que separa na aparência do valor-mercadoria o sujeito e o objeto da produção, o homem e a natureza objeto da criação de valor.

Expressão do trabalho abstrato, o caráter metafísico do valor inverte os polos da produção frente à relação sujeito-objeto. Por isso sua forma é expressa no sistema através da troca, de modo que apenas uma outra mercadoria ou a moeda como valor simbolizado lhe afixa um *quantum*, excluindo da relação valorativa o sujeito produtor. Por fim, existe apenas enquanto elemento *socialmente necessário*, o que significa ser passível de gerar mais-valor no mercado.

O *trabalho concreto* é velado na forma através da qual a mercadoria se apresenta no mercado e para o trabalhador como trabalho abstrato, desenvolvimento do ato de trabalho real, na forma mercadoria, valor agregado pela abstração, que requer contraditoriamente trabalho vivo para gerar mais-valor na circulação da mercadoria. A capacidade de trabalho é vendida como mercadoria pelo seu possuidor vivo já que este não detém outra mercadoria para troca, ou seja, trabalho objetivado anterior, e assim manter-se nas relações sociais de produção. Ao vender sua capacidade de trabalho, pôr-se à disposição para a produção, o trabalhador desprovido dos meios de produção aliena-se na relação de troca de sua força de trabalho. Ou seja, por fim, a possibilidade de existência da relação de produção corporificada pelo trabalho é anulada em seu resultado final.

Trabalho concreto

O trabalho concreto, expresso na forma mercadoria, aparece na economia política falsamente homogeneizado na totalidade do trabalho. Tanto para o consumo/ mercado quanto para o trabalhador, o trabalho concreto é expressão de um trabalho geral, já que o que lhe auferir valor compõe uma relação estranha à produção. O valor a ele agregado é resultado desta ilusão (totalidade dos trabalhos como um todo homogêneo), que, sob a condição de necessidade social, figura nesta totalidade e é condição para a sociedade se repor sob o sistema da abstração que gera valor.

O sistema produtor de mercadoria necessita anular o processo real de sua produção para que figure unicamente a mercadoria como aporte da valoração. Tal forma mercadoria é a riqueza social medida e preenchida - criada - pelos agentes que a reproduzem, que a ela produzem e consomem, mas já neste ato despendendo um valor alheio ao ato de produção por eles desempenhado. O trabalho concreto, portanto, é mensurado enquanto trabalho morto, medido pelo seu resultado, que, por sua vez, é definido pelo tempo de produção da mercadoria, ou seja, pela concessão que possibilita mais mercadoria para suprir o sistema, por fim, computada exclusivamente a mercadoria que em sua fase acabada não compõe mais do que trabalho morto, realizado e descartado ao fim do ato produtivo.

Somente depois de existir indivíduos desvinculados de seus meios de produção (passagem do modo de produção de mercadorias simples para o modo capitalista de produção), impedidos de trabalhar fora do ciclo de produção de mercadorias, é que o empresário, por sua vez já tendo acumulado um capital adequado, pode encontrar no mercado mão-de-obra disposta a assalariar-se (...) interessa apenas que o novo ciclo produtivo passe a incorporar no seu bojo trabalho vivo, *determinado* então como trabalho morto sob a forma da mercadoria força de trabalho. (Idem)

O trabalho vivo perde sua autonomia no processo de transformação em mercadoria, o que implica na mudança para a forma *trabalho morto*. Sua característica principal é que o trabalhador não produz para si, mas para a satisfação da abstração que produz valor a partir da mercadoria, contradição de um processo no qual esta última resulta dele mesmo.

A atividade produtiva como produção de mais-valor encerra a força de trabalho que, no sistema reprodutivo do capital, é mercadoria inscrita como trabalho vivo e trabalho morto, bem como capital variável⁴⁸ (valor inserido no movimento cíclico de produção-consumo-produção) e não capital (enquanto força de trabalho *atuante*, - ainda mercadoria em processo de produção). Esta contradição existe enquanto valores de uma produção, formada por seus elementos alienados sob a abstração valorativa. Como o trabalho perdura no tempo, de forma que todo trabalho só é possível pela existência de um trabalho anterior, a função do trabalho vivo é “sustentar o valor já inscrito no sistema e aumentar o valor global”, de modo que “só se torna produtivo o trabalho capaz de alterar o conjunto de valores já incluídos no sistema.” Na relação dialética em que atuam o trabalho morto e o trabalho vivo, aquele só é computado quando “se revela, para a finalidade do todo, como trabalho vivo.” (Giannotti, 2009).

As atividades do sistema abstraem as ações que não se revelam de imediato como produtivas (produtora de mais-valor). Efetua as que satisfazem o esquema da criação da riqueza, a acumulação de excedente (valor), de trabalho morto, computando apenas aquelas que acrescentam de imediato valor à riqueza social (mercadoria). Cria assim, uma contradição, pois para o trabalhador essa dinâmica funciona como se ele estivesse numa relação social equitativa, na qual vende sua força de trabalho (compra e venda) para um capitalista que o emprega. Para o sistema como um todo “trata-se de uma parte do capital investida naqueles salários dos trabalhadores capazes de promover alteração no acúmulo da riqueza já

48 Na economia política capitalista há ao menos duas oposições que conformam a realização do movimento do capital, a saber, o capital constante e o capital variável. O capital constante seria o *quantum* investido na produção - meios de produção - e que será reproduzido pelo produto acabado, não se alterando neste patamar. O capital variável, por seu turno, encerra o expoente subtraído da riqueza do capitalista para a compra da força de trabalho em vista à geração de lucro dentro do sistema produtor de mercadorias, ou seja, a produção de mais-valor. Ver Fausto (1997).

feita.” Esta é a base do capital variável sob a base do trabalho morto. Já para o capital, trata-se de uma riqueza que só existe se gera mais riqueza, portanto, enquanto trabalho vivo (que se sustenta pela sedimentação de trabalho morto!), sob o esquema de aplicação do capital variável.

O capital variável consiste, pois, na relação entre trabalho morto e trabalho vivo, que se sobrepõem indefinidamente. Uma contradição que sustenta todo o processo produtivo. É esta contradição entre capital constante e capital variável que gera o mais-valor, configurando o cerne da exploração capitalista. A exposição da investigação dos desdobramentos do trabalho, inserido na cadeia do sistema produtivo que compreende sua atuação mediada pelo capital, tem a função de expô-lo enquanto concreto pensado, objeto da consciência revolucionária. Tal consciência crítica desvela esta contradição, na qual a capacidade - potência - de trabalho, atributo principal do modo de produção, é anulada pela abstração que computa a geração de mais-valor.

4.7. A teoria do valor e a realização do trabalho-mercadoria

Segundo Grespan (2012) a análise da articulação das categorias que formam a teoria do valor de Marx aponta não só para o entendimento da definição de *crise*, mas, antes, configura-se um meio para a compreensão da construção do método da economia política devido à exposição da forma pela qual os conceitos mais básicos, dentre eles a forma-mercadoria se articulam para a elaboração das deduções que consistem no cerne da crítica propriamente dita à economia burguesa. Podemos abordá-lo a partir do caminho metodológico percorrido pelo conceito de *trabalho abstrato*, abordado anteriormente, enquanto mecanismo de reconstrução teórica do concreto (pensado), norteados por esta constatação:

O cuidado com a forma significa [...] perceber que é justamente a análise da troca que preside a apresentação empreendida por Marx e que esta análise é feita mediante conceitos, como o de *valor* e de

trabalho abstrato, também determinados pela oposição fundamental que define o de *crise*. (GRESPLAN, 2012: 42)

Interessa-nos, em conformidade com a proposta deste trabalho, aprofundar a compreensão da complexidade sob a qual Marx elabora e articula os conceitos pressupostos à teoria do valor, exatamente o *trabalho abstrato* e o *valor*, este que o define e possibilita a realização daquele dentro o sistema da divisão social do trabalho. A observação da “rearticulação crítica das categorias da Economia Política” é, destarte, imprescindível ao entendimento do projeto da *crítica*. A especificidade das relações sociais burguesas - pautadas do ponto de vista do processo produtivo dos bens materiais que à sua manutenção se destinam - possui o elo comum da divisão do trabalho, exposta pela economia clássica enquanto universalidade, conforme discutimos ao logo desta investigação. Caberia, portanto, a inflexão da diferença de forma que cada realização individual do trabalho implica no universo da produção. A complexidade destas relações surge compreensível à crítica quando Marx aponta os momentos pelos quais o modo de produção capitalista se desenvolve, apontando o autor, finalmente, a centralidade da produção⁴⁹, momento o qual podemos compreender como esta divisão do trabalho é orientada pela subsunção dos indivíduos à especificação das formas de trabalho mediada pela distribuição dos mecanismos de produção ao tempo que se constitui o elo com o sistema da propriedade. É sob esta articulação categorial do desenvolvimento do trabalho que apontamos a sua forma efetiva e a forma abstrata de compreensão e realização sob o jugo dos meios de produção capitalistas. Sobre esta preeminência do alcance das categorias econômicas:

Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que tem entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua

49 Conforme abordamos anteriormente no item 4.1.

ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem “na ideia” [...]. Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa. (MARX, 2011: 60)

A pergunta “Como o trabalho se torna mercadoria?” pressupõe a sua realização segundo o esquema do processo produtivo identificado por Marx e que aqui tentamos transpor. A divisão do trabalho em suas formas particulares supõe a propriedade dos meios de produção, seguida pela alocação dos indivíduos em suas frentes de atuação e, segundo um movimento ainda mais refinado, na posição individual de cada forma particular e específica de atuação da força de trabalho. Por trás desta organização do trabalho dentro do nexos social que os une e identifica como um todo orgânico e tecnicamente funcional, a distribuição dos instrumentos de produção objetivam a autonomização dos indivíduos que, desta forma, assumem a posição de detentores privados de suas respectivas especificidades de trabalho. Dentre este nexos social, surgem as especializações da produção. Portanto, a necessidade - social - da mercadoria, a divisão do trabalho e a produção mediada pela troca se realizam enquanto sistema através do fator determinante da detenção dos meios de produção, a propriedade dos bens de produção. Cabendo ao trabalho realizar-se sob este determinante – a mediação dos meios de produção – na produção de mercadorias, conforma uma totalidade interdependente de produtores, possuidores e consumidores, na qual todos se relacionam em função da dependência recíproca criada pelo modo de produção capitalista.

A esta dependência, entretanto, faz-se necessário apontar as formas pelas quais se efetiva enquanto sistema produtor. A produção de determinados bens de consumo individuais e específicos compõe a totalidade dos bens de consumo produzidos e circundantes da forma mercadoria, o que implica na assertiva que determina a produção como produção social, ou seja, o ato de produzir um produto em particular é socialmente necessário do ponto de vista da circulação do capital – não se confundindo esta necessidade com o caráter fisiológico que o termo acarreta neste contexto. Produzir uma particularidade para outro implica na produção de

“várias” particularidades que, por fim, compõem a totalidade dos bens de produção dispostos para a *troca*. Desta feita, aquele que produz *seu* produto específico, uma vez inserido enquanto consumidor no sistema produtivo necessita cada vez mais da diversidade de bens produzidos em particular e, em um grau menor *necessita* daquilo que ele mesmo produz. Esta exaustiva exposição nos possibilita avançar em deduções acerca do *locus* do trabalho neste sistema produtivo, sua natureza e função, porém, não sem antes compreender a objetivação da forma mercadoria.

Frente ao imperativo da produção segmentada, individualizada na forma da especialização, é premente ao indivíduo o intercâmbio dos produtos no sistema da troca, o meio no qual tais produtos se tornam, enfim, mercadoria. Uma vez rearticulado o produto imediato em valor de troca, surge a mercadoria pronta para a circulação através da troca. A troca se realiza sob a determinação da independência dos produtores em contraste com a dependência que possuem reciprocamente. Este grau de independência dos produtores no momento compreendido pela produção individual enseja o cerne da contradição das relações sociais mediadas pela troca. O objeto criado é essencialmente valor de troca, pois, como vimos, sua fruição não se dá pelo produtor, mas a partir da imediata objetivação da produção nos objetos intercambiáveis, o que nos permite inferir que o valor de troca conforma o nexo social externo aos produtos, o que, ainda, implica na averiguação de que o quantitativo que auferir valor não seria uma qualidade particular inerente aos produtos, mas a *circulação* dos bens produzidos, sua precedência dentre as relações sociais em conformidade com a lógica do capital dota as – então – mercadorias de seu quantitativo máximo, o valor de troca. Na formulação sintética definida por Marx:

Em todas as formas [de sociedade] em que predomina a propriedade da terra, a relação natural ainda é predominante. Naquelas em que domina o capital, predomina o elemento social, historicamente criado. (Idem)

Em relação à configuração assumida pelo trabalho dentro do sistema produtivo, o momento superior do desenvolvimento das relações de produção é a

conformação da forma-mercadoria. Aquele caráter particular e individual incorporado por cada ato de produção especializado, autonomizados dentro da segmentação das relações de produção retiram dos agentes produtivos o domínio sobre suas atividades. Previamente estabelecidas e ideadas em relação ao desenvolvimento geral do sistema produtivo, a estas atividades não cabe um fazer consciente e autônomo, mas antes, a realização - autônoma enquanto privativa e mediada – de uma objetivação da força de trabalho na coisificação de seu resultado, exatamente a forma-mercadoria.

É necessário precisar o caráter socializante do trabalho na produção de mercadorias para compreender a sua objetivação nelas mesmas. Devido à natureza das relações de produção firmadas pela troca, os produtores efetivamente se relacionam através da troca e, materialmente conseguem estabelecer aquela ligação de interdependência que caracteriza tais relações. Sendo tais mercadorias fruto do trabalho humano, é necessário, ainda, apontar outra determinação, esta de caráter central para a compreensão da função do trabalho, e que transpassa a constatação de que a realização do ato de produção é objetivamente produto de trabalho humano. Retomamos o desenvolvimento do tema esboçado anteriormente neste trabalho para, a partir deste ponto, esboçarmos algumas conclusões: a sociabilização dos diversos produtores encerra-se no ato de trabalho específico; o vínculo que os une é a objetivação de potências individuais nos produtos criados com a finalidade da mercadoria (GRESPLAN: 2012). Tal característica essencial da categoria trabalho permite desvendá-lo enquanto mais uma mercadoria em vista à disposição do sistema de troca mediado pelo valor.

Apontamos os momentos centrais da tessitura conceitual que Marx elabora em vista à compreensão do movimento concreto do trabalho realizado no sistema capitalista. Trata-se das determinações que compreendem, em princípio, o fato de que o trabalho objetivado não permite ao agente a apreensão imediata do valor que se autovaloriza através do seu movimento produtivo, ao tempo em que se objetiva na mercadoria criada. Em seguida, encontramos a problemática do trabalho abstrato, este que se torna a medida das ações dos próprios agentes.

Já referimos que no método da economia política esboçado na *Introdução à crítica da economia política*, Marx concluiu que o movimento correto de apreensão intelectual da realidade deveria partir do seu resultado *imediato*, figurando neste momento a forma-mercadoria⁵⁰. Portanto, partir deste dado concreto em busca de suas determinações mais abstratas possibilitaria o desenvolvimento analítico perseguido pela propositura crítica do método. Tal caminho, porém, não fora desenvolvido nos *Grundrisse*, mas nos trabalhos posteriores. No caráter instrumental, o “plano de trabalho”, que caracteriza a *Introdução* de 1857 resta-nos apontar os indícios e o início da proposta analítica que eleva a forma-mercadoria ao ponto de partida e o trabalho como seu componente imediato.

A inversão dos papéis dos produtores, entre produtores e artífices do valor de troca implica na mediação do *valor de uso* da mercadoria enquanto objetivação do *valor de troca*: é este último que determina por fim a valoração das mercadorias, pois, abstraindo o seu valor de uso algo ainda nelas se mantém, “a de produtos de trabalho”⁵¹. Enquanto determinação mais abstrata, a “realização do trabalho humano” implicada na mercadoria permite a dedução da objetivação do trabalho nelas mesmas, de forma que o trabalho surge como constituinte da forma-mercadoria na forma mais abstrata, a de trabalho em geral, devido ao caráter estritamente social que a realização do ato de trabalho possui no modo de produção capitalista.

O trabalho surge como uma abstração, o “trabalho abstrato” como padrão de medida dos atos de produção⁵², o *ato e a potência de trabalho despendida e mensurada* independentemente de seu caráter concreto e específico; o trabalho em geral desenvolvido pela classe trabalhadora desta forma de organização societária conforma a abstração que regula e “valoriza” os atos concretos de produção,

50 MARX, Karl. *Grundrisse*, 2011, p. 54-59.

51 Tais questões aqui esboçadas, no que concerne ao desenvolvimento da mercadoria e seu papel na reprodução final de capital são desenvolvidas, sobretudo, no Livro I de *O Capital* (GRESPLAN, 2012). Antecipamos estas deduções a fim de demonstrar o resultado que aponta para o pressuposto do concreto na forma-mercadoria, ou seja, como a partir da mercadoria Marx finalmente pôde erigir uma crítica da economia política não só atacando seus pressupostos, mas satisfeitos a tempo os critérios que tomam a observação da realidade concreta dos agentes como mediação imprescindível a uma análise correta da lógica capitalista sobre as relações humanas.

52 Ver item 4.6.

determinados pela inserção na esfera da *troca* e, ao seu *valor de troca* não conseguirá escapar sem antes perder a qualidade de componente econômico útil ou alienável. Portanto, ensejar sua exclusão da cadeia social de troca de mercadorias. A uniformidade dos atos de trabalho é uma abstração fundamental ao sistema capitalista, pois o *tempo de trabalho* como medida do valor de troca é a forma simples de organização do trabalho em geral que permite sua mensuração abstratamente homogênea. A “*abstração do concreto nos trabalhos privados*” realiza esta redução do trabalho a uma unidade que é facilitada no sistema de troca.

Neste ponto, retomamos o esboço às conclusões reproduzidas acima na referida nota⁵³ extraída do *método da economia política*:

A indiferença diante de um determinado tipo de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de tipos efetivos de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os demais. Portanto, as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos. Nesse caso, deixa de poder ser pensado exclusivamente em uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo determinado de trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente. Nesse caso, o trabalho deveio, não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade. (Ibidem: 57-58)

O trabalho, na forma-mercadoria desponta sob dois aspectos, o da oposição-redução e o da negação. A redução se dá no momento em que os trabalhos privados se opõem ao trabalho abstrato na relação de troca. Como vimos, a reprodução da vida social vincula necessariamente o trabalho ao sistema de troca, e seu valor se *dá* enquanto valor de uso, momento no qual a redução advinda da determinação do trabalho que o implica como substancia coisificada se mostra em

53 Ver item 4.3.

grau latente. O caráter alienável do trabalho é apenas uma expressão desta relação, na qual sua forma concreta se opõe diretamente à abstração que o engendra e controla. E esta oposição o nega ao próprio sujeito produtor, tornando o resultado da sua força de trabalho uma objetivação alheia e manipulada pelo sistema capitalista, conforme identificamos através da miríade de categorias econômicas que o vinculam a uma espécie determinada de valor, expressões das relações concretas de produção.

5. CONCLUSÃO

Havendo pesquisado o método da economia política e os desdobramentos do trabalho sob a forma da análise metodológica desenvolvida por Marx, resta-nos apontar as deduções realizadas pela crítica marxista e o resultado específico dos estudos realizados para esta pesquisa. A questão imediata que impulsiona a investigação proposta na *Introdução à crítica da economia política*, como vimos, surge da preocupação de Marx em apresentar a forma correta de interpretação da realidade, então imiscuída nas interpretações de ordem burguesa em conteúdos falsos e deliberadamente orientados para a anulação da essência dos atos econômicos de produção. Esta possibilidade analítica criada por Marx consiste em um instrumental não só disponibilizado para uma mediação para a classe trabalhadora, no processo de “tomada de consciência” da realidade com o intuito de orientar sua ação política, mas objetivaria tornar-se um instrumento para que em outro momento os próprios agentes econômicos empreendessem a tarefa crítica da compreensão da realidade em vista a seu domínio. Exatamente por aparecer imediatamente a estes agentes de forma invertida, cabe a esta teoria crítica apresentar um entendimento da realidade em sua forma verdadeira.

O capitalismo organiza a divisão do trabalho de forma que aos agentes produtores surgem imediatamente em dois polos participantes da relação de trabalho, aquele que, de um lado, através do mecanismo do contrato estabelece as condições de trabalho e, de outro, o momento no qual o trabalhador que assumiria livremente as condições demarcadas por uma dimensão externa com o intuito de produzir em troca de um determinado *quantum*, expresso em determinadas formas de valor. A mediação deste processo que surge presente é o mercado, orientado pelos possuidores de mercadorias dispostos a realizar a compra e a venda das mercadorias ao alcance. Dentre estas, devido ao fato de que nem todos os agentes econômicos dispõem de alguma mercadoria para a troca, surge a força de trabalho

como mais uma mercadoria lançada à troca e circulação de valores. Neste processo, o trabalho apresenta-se, portanto, como mais uma mercadoria disponível para o sistema de produção do capital.

No entanto, como vimos, tais conclusões foram possíveis através do desvelamento das leis internas da produção capitalista ocultadas pela imediata aparência, ou, ainda, invertidas aos olhos dos agentes devido à sua forma mesma de aparecimento mediada pelas instâncias finais de seu processo e surgimento. A aparência aponta o mercado, o capital, como regulador e reproduzidor deste capital, detentor, finalmente, da possibilidade de atuação da força de trabalho. Porém, mais uma vez, vimos que a determinação mais complexa da produção está encerrada na força de trabalho, no exercício do trabalho vivo, sem o qual capital algum conseguiria reproduzir-se. Esta etapa conclusiva da crítica é mediada pela investigação do modo de produção capitalista em particular e através da observação de seus momentos, constituintes de uma lógica precisa que regula sua reprodução. Concluímos que o elemento que cria o valor é o trabalho, de forma que a ordem dos fatores econômicos e sociais observados no sistema produtivo é imediatamente invertida, pois a abstração da economia aponta o capital como o princípio motor.

A produção é o momento síntese das condições de existência da mercadoria. Esta etapa abarca todos os momentos do sistema produtivo e, portanto, o seu domínio ensejaria o domínio do sistema econômico como um todo, o qual encontra na produção em geral a fonte mais elementar para sua existência e reprodução no tempo e no espaço. Pressuposto da produção, o trabalho vivo fora analisado por Marx a partir da sua manifestação imediata, a esfera do concreto, realizado no ato de produção. Equivale ao trabalho vivo a dupla função de produção de capital, ao tempo em que reproduz o capital na criação de mercadoria e é alienado ao capital nele objetivado, através do trabalho anterior que produziu o valor que atualiza-se na compra de mais força de trabalho. Este momento da exposição da crítica da economia política permite, enfim, compreender a etapa na qual surge a antítese do trabalho vivo, objetivada na propriedade dos meios de produção de domínio do capitalista. Este dado concreto encerra a oposição de base entre o sistema econômico e o agente que o engendra em sua dimensão mais básica.

Como vimos, a possibilidade do exercício da força de trabalho na era moderna está encerrada nos mecanismos e maquinários que caracterizam o modo de produção capitalista. Porém, estes instrumentais foram antes comprados com o capital auferido do trabalho anterior, de forma que a observação deste ciclo permite abstrair as condições de reprodução concretas que implicam nos resultados obtidos pelo exercício da abstração. Conclui-se que não é o capital a determinação mais complexa do sistema, mas sim o trabalho vivo transformado na sua forma *abstrata* que em todos os momentos é utilizado para a reprodução do capital. Marx conclui que, especificamente, a natureza das relações de troca é mediada pelo trabalho em seus momentos de realização, pois, não só o trabalho vivo é o objeto da compra da força de trabalho, mas antes de toda compra há o seu resultado, o trabalho morto objetivado na diversidade da forma-mercadoria, dentre esta, o próprio capital.

Concluimos que a condição precípua do trabalhador transitar dentro da esfera da produção é a determinação que o torna vendedor da força de trabalho. Esta condição, entretanto, é dissolvida nas relações de troca de aparência natural e igualitária forjadas pela economia burguesa. Pressupomos a exposição explícita da cisão entre forma e conteúdo implicada nesta relação, qual seja, quando o capital anula o conteúdo elementar da relação de produção, localizado na compra de trabalho com o resultado de um trabalho anterior, frente à forma da compra e venda da força de trabalho, nas relações burguesas, regida pelas leis do mercado e do Estado. A mensuração da parcela da produção individual de cada agente assume, finalmente, a forma do trabalho abstrato, o padrão de existência da totalidade das formas de trabalho em geral.

Neste momento, cabe voltar à exposição das prerrogativas de ordem lógica e histórica que subsidiaram as conclusões de Marx acerca da estrutura e funcionamento da economia capitalista. Apontamos a relação dialética entre a reconstituição da gênese histórica das relações econômicas junto à necessária análise lógica do movimento histórico dos diferentes modos de produção sob o paradigma da organização da produção burguesa. Com isso, Marx pôde desenvolver o contraponto necessário tanto ao historicismo, que não conseguira apreender as determinações que engendram os fatos e o economicismo, que diluíra a realidade

em definições abstratas ou do método de anulação do pensamento à realidade imediata da economia clássica. A concepção de um conjunto de categorias aplicadas sobre a ordem histórica e, exatamente por conceber uma diferença de fundo entre as duas esferas, a lógica e a histórica, possibilitara a Marx conseguir demarcar a forma precisamente correta de exposição do real. Segundo Marx, o pensamento possui uma existência diferente do mundo concreto e, desta forma, a exposição do real através das categorias econômicas não deveria coincidir com a sua forma de manifestação concreta (MUSTO, 2012). Conceber o real através do pensamento, de acordo com o método da economia política implica especificamente utilizar um processo de abstração comparada à realidade histórica e, com esta “visão de paralaxe” apontar as determinações reais mediatemente diluídas na complexidade das relações de produção que engendram o ciclo de reprodução do capital. Vemos assim que o capital não se desloca de sua posição mediadora no sistema econômico que engendra a produção, mas aparece falsamente enquanto síntese de todo o processo. Como concluíra no *Prefácio* de 1859⁵⁴, partir do concreto ao abstrato implicaria assumir este deslocamento aparente no início do processo de investigação e, em seguida, focar a visão no ângulo correto, e expor a hipótese na qual surge o trabalho como síntese da totalidade de todo o processo produtivo.

Exatamente sobre este tema é demarcada a especificidade metodológica da *Introdução* de 1857. No projeto do método da economia política, Marx conseguira estabelecer as bases e os fundamentos para o desenvolvimento e aplicação do método na análise do real. Neste momento, o exercício da abstração surge como possibilidade da apreensão do real através de um distanciamento preciso com a manifestação das relações do processo histórico real, imerso no amalgama da aparência imediata. Desta forma, “ascende do abstrato ao concreto” (MARX, 2011) parecia ser o momento inicial do processo de investigação. Porém, ao fim da sua investigação, Marx concluirá que a etapa investigativa necessita “avançar do particular para o geral” (MARX, 1977). Com este procedimento, a realidade imediata historicamente determinada surge como ponto de partida efetivo que deve ser investigado e, ascender ao abstrato para em seguida surgir na forma da exposição

54 Ver MARX, 1977.

como uma “totalidade composta de múltiplas determinações”. Este procedimento metodológico coaduna com as conclusões incluídas no *método*, porém, como resultado, anula a própria estrutura da *Introdução*. Nesta, Marx necessitava partir da produção, a determinação mais abstrata para, enfim, concluir que, iniciado o processo de investigação deste ponto, perde-se a especificidade do real nas abstrações do pensamento dedicado ao resultado do processo de produção. É a exposição que poderia mover-se do universal para o concreto, mas isto devido ao fato de que, antes, a etapa da investigação já permitira analisar o dado concreto nas suas determinações mediatas. Este exercício, complexo e de extensa minúcia analítica, permitiu a forma acabada do método correto a ser aplicado na investigação da economia política. Concluindo-se que o concreto é síntese da determinação mais elementar do processo de produção, surge o dado histórico imediato da produção, a *mercadoria*, a categoria que evidencia a riqueza burguesa (MUSTO, 2010).

No presente trabalho, nos debruçamos sobre esta específica temática da produção intelectual de Karl Marx. Entendemos que o momento da elaboração do método da economia política consiste em um ponto de transição das ideias do autor. Se, segundo a corrente tradição marxista, as definições e categorias de base do pensamento daquele permanecem ou não, inalteradas - deduzimos, entretanto, que o advento do método conforma o conceito de trabalho -, o estudo deste tema, das obras a ele conexas, constituem um objeto elementar para a compreensão das obras posteriores. Referimos no decorrer do nosso texto que *A Introdução à crítica da economia política* é o momento único no qual o referido método é objeto de análise e exposto em seus meandros. Ao exercício do método fez-se presente a afirmação de ideias e concepções elementares a respeito da história, da filosofia e do específico modo de produção capitalista exposto enquanto objeto histórico determinado, concepção de extrema importância para a sua investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERQUEIRA, Hugo Eduardo da Gama. David Riazanov e a edição das obras de Marx e Engels. *in*: PAULA, José Antônio de (Org.). *O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 13-32.

DUAYER, Mario. Apresentação. *in*: MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011, p.11-24.

FAUSTO, Ruy. *Dialética marxista, dialética hegeliana: A produção capitalista como circulação simples*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Oficina de Filosofia)

GERMER, Claus Magno. Contribuição ao entendimento do método da economia política, segundo Marx. <[HTTP://www.economia.ufpr.br/publica/textos/2000](http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/2000)>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

GIANNOTTI, José Arthur. Marx. Vida e Obra. *in*: MARX, Karl. *Para a crítica da economia política - Do Capital - O Rendimento e suas fontes*. Tradução de Edgar Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. vii-xix. (Os Pensadores)

GIANNOTTI, José Arthur. *Trabalho e reflexão: Ensaios para uma dialética da sociabilidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GIANNOTTI, José Arthur. *Marx – Além do marxismo*. Porto Alegre: LPM, 2009.

GRESPLAN, Jorge. A dialética do avesso. *Crítica Marxista*, São Paulo, n.14, 2002, p. 26 - 47.

GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HECKER, Rolf. A história desconhecida da primeira publicação dos Grundrisse sob o stalinismo. *In*: PAULA, José Antônio de (Org.). *O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 51-60.

HOBBSBAWM, Eric. *Como mudar o mundo – Marx e o marxismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LOUREIRO, Isabel. *A revolução alemã*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. Tradução de Edgar Malagodi e José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores, XXXV).

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política - Do Capital - O Rendimento e suas fontes*. Tradução de Edgar Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política – Manuscritos de 1861 – 1863 | Cadernos I a IV, Terceiro Capítulo – O capital em geral*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e Método Dialético em “O Capital”. *Boletim Seaf*, Belo Horizonte, n.02, p. 17- 41, 1982.

MUSTO, Marcello. Vicissitudes e novos estudos de A Ideologia alemã. *Antítese – Marxismo e cultura Socialista*, Goiânia, n.05, 2008, p.08-14.

MUSTO, Marcello. Difusão e recepção dos Grundrisse no mundo. Uma contribuição para a história do marxismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 27, 2009, p. 99-108.

MUSTO, Marcello. The Formation of Marx's Critique of Political Economy: From the studies of 1843 to the Grundrisse. *Socialism and Democracy*, v. 24, n. 02, Julho de 2010, p. 66-100.

MUSTO, Marcello. História, produção e método na "introdução" de 1857. *Margem esquerda - ensaios marxistas*, São Paulo, n. 18, 2012, p. 49-69.

NICOLAUS, Martin. O Marx desconhecido. in: BENJAMIN, César (Org.). *Marx e o socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 97-135.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Dialética Hoje: lógica, metafísica e historicidade*. São Paulo: Loyola, 2004.

PAULA, José Antônio de. Roman Rosdolsky: um intelectual em tempos de extremos. In:_____. *O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p.61-72.

PAULA, José Antônio de. A "Introdução" dos *Grundrisse*. In:_____. *O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010b. p. 89-108.

PAULO NETTO, José. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.

WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.